

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA, TURISMO E HUMANIDADES  
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

Carina Cristina Guedes

**O palco e as margens do espetáculo – A geografia da fome e a relação entre  
desigualdade e pobreza no Brasil do século XXI**

SOROCABA

2025

Carina Cristina Guedes

O palco e as margens do espetáculo – A geografia da fome e a relação entre desigualdade e pobreza no Brasil do século XXI

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar como requisito para a obtenção do título de Licenciada em Geografia  
Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Neusa de Fátima Mariano

Sorocaba

2025

Guedes, Carina Cristina

O palco e as margens do espetáculo – A geografia da fome e a relação entre desigualdade e pobreza no Brasil do século XXI / Carina Cristina Guedes -- 2025.

71f.

TCC (Graduação) - Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, Sorocaba

Orientador (a): Neusa de Fátima Mariano

Banca Examinadora: Carlos Henrique Costa da Silva, Fabiola Magalhães Andrade

Bibliografia

1. Geografia Humana. 2. Geografia da Fome. 3. Desigualdade. I. Guedes, Carina Cristina. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Maria Aparecida de Lourdes Mariano - CRB/8  
6979

## FOLHA DE APROVAÇÃO

Carina Cristina Guedes

O palco e as margens do espetáculo – A geografia da fome e a relação entre desigualdade e pobreza no Brasil do século XXI

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Geografia pela Universidade Federal de São Carlos. Sorocaba, 22 de julho de 2025.

Orientadora

---

Dr.<sup>a</sup> Neusa de Fátima Mariano  
Universidade Federal de São Carlos

Examinador

---

Dr. Carlos Henrique Costa da Silva  
Universidade Federal de São Carlos

Examinadora

---

Dr.<sup>a</sup> Fabiola Magalhães Andrade  
Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS)

A todos aqueles que espalhados por esse enorme continente latino-americano, sintam fome e medo diariamente.

## AGRADECIMENTOS

Eu já fui tia, eu já fui dona, já fui também estagiária e inspetora de alunos. De um extremo a outro, já fui uma estrangeira em um país rioplatense nas imensas terras dessa Latinoamérica. Meu coração ficou na Ciudad Vieja em Montevideo, observando as paisagens e a Calle Peatonal que tanto me inspiraram e continuam me inspirando até hoje. Às vezes, volto para lá e penso que ali, durante o intercâmbio, a Carina pesquisadora finalmente se encontrou como futura geógrafa.

Aos colegas uruguaios Leslie, Aparicio e Franco que me permitiram sobreviver ao Bacharel em Geografia na Facultad de Ciências da UdelaR, agradeço.

As escolas onde trabalhei e aos diversos cargos que ocupei, também agradeço, graças a isso pude ver como a educação funciona em todas as suas esferas e pude ter certeza de que eu sou, parte da escola que deu errado (em palavras da nossa Maestra Vi Santos, durante as aulas de estágio deste semestre).

Aos professores que me formaram e continuam me formando, em especial, a Dra. Fabiola Magalhães e ao Dr. Carlos Henrique que prontamente aceitaram participar desta banca, obrigada.

Ademais, aos colegas de Licenciatura que já se foram e aos que ainda ficaram (em especial meu amigo de curso Pedro Henrique Campos dos Santos que me ajudou a realizar o mapa dessa pesquisa e a Nicole e Janaina por todo o apoio, parceria e conversas geográficas nesses anos) agradeço: sem vocês eu não teria sobrevivido. 2020 me escolheu para ser fruto de um caos acadêmico pré e pós pandêmico, por isso sem vocês essa jornada entre Tietê e Sorocaba teria sido muito estressante.

A Carina de 10 anos que ficava sentada vendo a irmã mais velha Camila a dar aula estaria orgulhosa. E espero que a minha irmã esteja também. Inclusive, a ela agradeço por ter me ensinado tudo o que sei sobre lecionar. Ela e minha mãe foram os maiores incentivos dentro dessa caminhada, sempre me presenteando com livros geográficos e dizendo que eu era capaz.

Neste mesmo bojo, agradeço também meu cunhado e professor Douglas, egresso da turma 016 da Geografia, que ao longo deste curso, me forneceu todas as bibliografias físicas necessárias para a realização deste Trabalho de Conclusão bem como de minha Iniciação Científica.

Por fim, não posso deixar de agradecer aos meus melhores amigos, Renan Ramalho, Prof. Rodrigo Ramalho e Marcos Nicolau, por todas as sextas-feiras em que do completo nada, começávamos a falar sobre esse meu projeto. Sem essas sextas-feiras, eu não teria tido toda essa calma para escrever este Trabalho. Vocês me fizeram perceber que não havia ninguém melhor para falar sobre Geografia do que eu.

O quero dizer é que meu coração e minha alma estão nesses capítulos que se seguem. Sou metade professora e metade cientista. Por isso, escolhi apostar em mim mesma nesse trabalho.

O interesse em trabalhar com Geografia da Fome veio ainda em 2022, a partir de tudo o que vi e vivi tanto em sala de aula quanto visitando a Latino-América junto a UFSCar. Aos meus alunos, saibam que o roncar de suas barrigas foi ouvido. As crianças e jovens pedido por comida nas ruas da América do Sul, saibam que seus pedidos nunca sairão da minha cabeça. Por vocês eu tenho lutado todos os dias desde então.

Mãe e pai, obrigada pelo apoio. Por terem incentivado não uma, mas, duas filhas professoras. Fabiola meu amor, obrigada por ter ficado longas noites me ouvindo falar desse trabalho, minha cabeça funciona melhor quando conversamos.

A todos que cruzaram meu caminho nesses 7 anos, saibam que esse sonho também é de vocês. Sou acostumada a dizer que 7 é meu número da sorte, portanto, será o número de anos em que perseguirei esse sonho na graduação (graças a pandemia que me deu 3 anos a mais de UFSCar!)

Por fim, Doutora Neusa de Fátima Mariano, obrigada por ter acolhido a mim e a esse projeto nos últimos 4 anos. A senhora é minha inspiração. Espero que nossa parceria sempre continue, pois é uma honra ser uma de suas afilhadas acadêmicas.

*Esse é só o começo de algo. O primeiro suspiro. A Geografia resiste em mim.*

Los pobres son los que más quieren porque no les llega nada.  
Éstos son pobres porque se meten en una carrera sin fin. Para  
ellos, el tiempo de vida no es suficiente.

(Pepe Mujica, 2012)

## RESUMO

GUEDES, Carina Cristina. **O palco e as margens do espetáculo – A geografia da fome e a relação entre desigualdade e pobreza no Brasil do século XXI**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Geografia) - Universidade Federal de São Carlos. Sorocaba, 2025.

A monografia a seguir explorará a inter-relação entre fome, desigualdade e pobreza no Brasil do século XXI, utilizando algumas das principais categorias de análise da geografia, como espaço geográfico e território. O objetivo é analisar como essas problemáticas sociais se reproduzem no território brasileiro, tomando como ponto de partida o fenômeno da globalização. Ademais, a associação entre palco e margens do espetáculo enfatizará que a população faminta e empobrecida necessita de maiores políticas públicas que garantam o seu bem-estar e o usufruto adequado da vida. Por fim, algumas considerações que fundamentam a hipótese principal do estudo buscam substituir a palavra subdesenvolvimento pela palavra desigualdade, visto que se acredita que a fome e a pobreza são fruto de um duplo e indissociável processo desigual, um relacionado a renda da população e outro relacionado a diferenciação do espaço. Em última instância, buscaremos demonstrar como a geografia humana pode oferecer ferramentas críticas para entender e combater a fome e a pobreza, promovendo um uso social do conhecimento acadêmico.

**Palavras-chave:** Fome, Desigualdade, Pobreza, Território, Espaço Geográfico.

## RESUMEN

GUEDES, Carina Cristina. **El escenario y los márgenes del espectáculo – Geografía del Hambre y la relación entre desigualdad y pobreza en el Brasil del siglo XXI.** Trabajo Final de Grado (Profesorado en Geografía). – Universidad Federal de San Carlos. Sorocaba, 2025.

La monografía a seguir explorará la interrelación entre hambre, desigualdad y pobreza en Brasil del siglo XXI, utilizando algunas de las principales categorías de análisis de la geografía, como el espacio geográfico y el territorio. El objetivo es analizar cómo estas problemáticas sociales se reproducen en el territorio brasileño, tomando como punto de partida el fenómeno de la globalización. Además, la asociación entre el escenario y los márgenes del espectáculo enfatizará que la población hambrienta y empobrecida necesita de mayores políticas públicas que garanticen su bienestar y el disfrute adecuado de la vida. Por último, algunas consideraciones que fundamentan la hipótesis principal del estudio buscan reemplazar la palabra subdesarrollo por la palabra desigualdad, dado que se cree que el hambre y la pobreza son fruto de un doble e indisoluble proceso desigual, uno relacionado con los ingresos de la población y otro relacionado con la diferenciación del espacio. En última instancia, buscaremos demostrar cómo la geografía humana puede ofrecer herramientas críticas para entender y combatir el hambre y la pobreza, promoviendo un uso social del conocimiento académico.

**Palabras-clave:** Hambre, Desigualdad, Pobreza, Territorio, Espacio Geográfico.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>1. CAPÍTULOS DE CONFLITO: AS CENAS DO SÉCULO XXI SÃO DE UM TERRITÓRIO SUBDESENVOLVIDO?.....</b>	<b>16</b>
<b>2. CAPÍTULOS DE CONFLITO: O ESPAÇO GEGRÁFICO E O TERRITÓRIO DESIGUAL.....</b>	<b>25</b>
2.1 Implicações da categoria de análise região para a geografia da fome.....	32
2.2 Os tipos de desigualdade.....	35
<b>3. UMA NOVA GEOGRAFIA DA FOME: FATO OU APENAS UTOPIA?.....</b>	<b>38</b>
<b>4. CAPÍTULOS DE REPRESENTAÇÃO: A REPRODUÇÃO DA POBREZA E DA FOME NO URBANO BRASILEIRO.....</b>	<b>53</b>
<b>5. PARA CONCLUIR POR AGORA.....</b>	<b>64</b>
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>68</b>

## INTRODUÇÃO

*Rompi tratados*

*Traí os ritos*

*Quebrei a lança*

*Lancei no espaço*

*Um grito, um desabafo*

*E o que me importa*

*É não estar vencido*

**Ney Matogrosso**

A música acima foi escolhida para abrir essa monografia, pois, é em seus pequenos versos que no ano de 1977, Ney Matogrosso explicita as dificuldades diárias dos homens latino-americanos e em especial, dos homens brasileiros.

Na canção, Ney pede para ser ouvido e enfatiza que continuará a lutar, afinal, não admite que mesmo depois de tanta luta, nada se resolva. O intérprete dá a entender que o único caminho é não se permitir ser vencido, ou melhor dizendo, ser calado ou oprimido. É um grito de força e que pode ser usado como forma de resistir e de ser palavras de apoio para aqueles que se sentem injustiçados, ou seja, para todos que de alguma forma, ao lerem esse trabalho, identifiquem-se.

Assim como Ney, 33 milhões de pessoas (REDE PENSSAN, 2022) no Brasil atualmente lutam, mas essa luta é contra a fome. É como imaginar um grande anfiteatro grego, onde o palco é o território e a as margens dele, a plateia assiste, grita, torce por condições de vida melhor, mas muitas vezes, seus gritos quase nunca ressoam até os atores em cena.

Portanto em razão desse grande número de pessoas sem ter como alimentar-se, nossa função enquanto geógrafos bem como nosso principal objetivo nesse trabalho, é entender o porquê a fome ainda é uma problemática que se reproduz tão fortemente no Brasil. Para isso, pretende-se tecer uma relação entre fome, pobreza e desigualdade.

24 anos de século XXI no Brasil se passaram. Mesmo a história considerando esse um curto espaço de tempo, para a geografia, o tempo do homem é imediato, pois é capaz de transformar o espaço geográfico com muita rapidez. Essa sensação de encurtamento do tempo, novidade do século XXI, está diretamente relacionada a produção de objetos, a nova organização do trabalho e o aparecimento de novos rearranjos territoriais.

Contudo, ao mesmo tempo em que a rapidez do tempo dos homens traz para a sociedade atual transformações de cunho material e imaterial muito benéficas, é necessário pensar em como essas mutações impactam na qualidade de vida das pessoas e como o afunilamento das diferenciações territoriais possui papel crucial nisso.

Um dos principais impactos dessas rápidas transformações é o excesso de objetos criados sobre a superfície terrestre. Para nós, é essa concentração desses objetos que hipoteticamente gerará desigualdade. Já como fator de resquício do processo, existirá a reprodução da pobreza e da fome. Afinal, como nos diz Santos (1988, p.5): ‘‘A forma nos apresenta a coisa, o objeto geográfico; sua função atual nos leva ao processo que lhe deu origem; a este, o processo, nos conduz a totalidade social, a estrutura social que desencadeou e dá ao objeto uma vida social’’.

Enquanto o tempo dos homens discorre sem sequer ser perceptível aos nossos olhos, complexificando ainda mais o debate, é necessário registrar e manter a memória viva e lúcida, organizando o pensamento e rememorando aqueles que nas grandes porções do território brasileiro, vem sendo vítimas de um verdadeiro genocídio de classes desde que Josué de Castro, em seu livro de 1964 intitulado como *Geografia da Fome: o dilema brasileiro pão ou aço*, traz à tona a situação de fome no Brasil.

Mas, como manter esse debate vivo na mente do povo brasileiro atualmente se conceituar essas problemáticas ainda é o maior dos desafios? Acerca do problema da fome, nosso maior trabalho de denúncia dentro da ciência geográfica foi de Castro (2010, p. 38) que elaborou um mapa de áreas de ocorrência da fome no Brasil, dividindo o país em 5 áreas de maior a menor agravamento da temática, sendo elas: 1) Amazonia; 2) Nordeste Açucareiro; 3) sertão nordestino; 4) centro-oeste e 5) extremo-sul. Por isso, nesta monografia, utilizamos o autor mencionado acima para comparar e demonstrar as diferenças e as semelhanças entre essa geografia da fome de Castro, do século XX, com essa nova geografia da fome, agora, no século XXI.

Sendo assim, se o espaço geográfico evolui e transforma, as variáveis que nele estão contidas (no caso da fome), também estão em constante mutação. Desta forma, na ausência de palavras suficientes para descrever a fome e mensurá-la por si só, propomos aqui fazer uma discussão dessa relacionando-a diretamente a desigualdade e a pobreza.

A ciência geográfica e suas categorias de análise foram a maior arma para o entendimento das questões sociais que aqui estão em jogo. Os anos 2000 estão marcados por uma nova configuração socioespacial a nível mundial e a essa nova configuração, Santos (2010) chamará de globalização.

Por conseguinte, a globalização ao mesmo tempo que unifica e aproxima territórios e sociedades, também os dispersa e faz surgir novos conflitos, novas diferenciações e justaposições espaciais que se muito acentuadas, tornam-se desigualdades. Santos (2010, p. 19) discorria sobre a faceta perversa desse conceito, explicitando que a maior problemática em volta desse fenômeno é a perda da qualidade de vida da população de classe média bem como o aumento da pobreza.

Se fosse possível acrescentar novas observações 15 anos após aos escritos do autor supracitado serem publicados, colocaríamos também como faceta perversa do processo de globalização a ocorrência da fome, seja ela crônica, leve ou moderada.

Assim sendo, para entender a fome tratamos de relacioná-la, primeiramente, a desigualdade, pois juntamente a pobreza, a encaramos como fruto do processo de criação de diferenciações espaciais. Para melhor entender essa questão, sugerimos que a noção de subdesenvolvimento caia em desuso dentro da ciência geográfica e seja substituída por novas conceituações, dentre as quais fazem parte das tipologias de desigualdade(s) que foram apresentadas nesse trabalho.

Ademais, a globalização pode não ser a causa total das questões sociais que aqui tomamos como temática desse Trabalho de Conclusão de Curso, mas, sem dúvida ela é geradora de uma verdadeira nova geografia do fome no Brasil. Logo, os novos elementos que compõem essa problemática no tempo histórico que vivemos, necessitam ser estudados.

Desta forma, a monografia a seguir está composta por quatro capítulos. Os dois primeiros apresentam a fundamentação teórica utilizada. O primeiro capítulo (ou melhor dizendo, a primeira cena em que descrevemos) buscará retratar que o território, enquanto fator primordial da existência humana, quase nunca coloca os atores hegemônicos como produtores desse território, por isso, as ideias de subdesenvolvimento buscam encobrir o caráter cultural dos países latino-americanos, e em especial, o do Brasil. Essas ideias de subdesenvolvimento, foram (e ainda são em boa parte do mundo) responsáveis por encobrir a real causa da situação da fome, ou seja, a desigualdade, quer seja ela espacial, quer seja ela econômica. É apresentado, então, como maneira de encarar a problemática da fome, o conceito de multiterritorialidade.

Já no segundo capítulo, o espaço é colocado em evidência como sendo o conceito responsável por tornar a sociedade uma realidade. Ao final, tipos de desigualdade e suas relações com a fome, o subdesenvolvimento e as questões de diferenciação espacial são relacionados a problemática.

No terceiro capítulo, foi realizada uma breve comparação entre a situação de fome no Brasil do século XX e XXI, através do uso dos conceitos geográficos expostos nos capítulos anteriores. Outrossim, também foi realizado um debate a fim de dar a devida importância a obra Geografia da Fome, de Josué de Castro, por meio da análise de um mapa de 55 anos e de um mapa com dados de 2022, esse último, sendo de realização própria da autora desta monografia.

No capítulo quatro, demos ênfase na relação entre fome e pobreza no ambiente urbano, condensando discussões sobre assistencialismo e bem-estar social, tecendo uma breve análise sobre a relação de nossas variáveis com a questão de trabalho no Brasil.

Em última instância, é importante enfatizar que os dois primeiros capítulos dessa monografia como um todo apresentam os conflitos que estão em volta da problemática da fome no Brasil do século XXI. Já o terceiro capítulo, apresenta-se como um panorama da realidade e um possível caminho para a resolução da problemática, enquanto o último capítulo, buscará representar a realidade das cidades brasileiras através da figura de uma pessoa em situação de vulnerabilidade social, para que fosse possível demonstrar que ela é algo mais do que apenas números dentro do território. Por fim, no capítulo quarto, fazemos um apelo por territórios mais inclusivos e menos precários demonstrado através da figura de Maria.

## 1. CAPÍTULOS DE CONFLITO: AS CENAS DO SÉCULO XXI SÃO DE UM TERRITÓRIO SUBDESENVOLVIDO?

Cortina fechada. Luzes baixas. Os atores se posicionam. Alguns estão vestidos com toda pompa, terno, gravata e sapatos caros. Esses, ocupam o meio do cenário e sorriem como se não tivessem nada a perder. Do outro lado, os homens na beirada do palco, portavam roupas muito simples, em sua grande maioria vestiam *jeans* rasgados e perguntavam ao segurança se quando saíssem dali, já poderiam comer. Por trás das cortinas, uma grande mesa de frutas, pães e sucos estava posta e podia ser observada.

Dez, quinze, quase vinte e cinco anos: os homens na beirada do palco estavam todos sentados e desanimados, olheiras profundas denunciavam uma vida quase inteira de fome, sequer sabem eles mesmos como não morreram ali. Aceitaram participar dessa peça somente para poderem comer.

Já estavam fartos de esperar para que as cortinas se abrissem e as luzes viessem em seus rostos. Quando isso aconteceu, a plateia os pegou sentados. Os atores de boa pompa bem como aqueles que assistiam a cena começaram a gritar com os homens de *jeans* e em uma tentativa de os expulsar, passam a vaiá-los, os chamaram de preguiçosos: "Como assim vocês não puderam esperar em pé por mais de trinta anos para poder comer? Como querem sair da pobreza assim? Não tendo nenhuma pró-atividade?"

Envergonhados, os homens de *jeans* se dão por vencidos e retiram-se do palco, colocando fim a um conflito já desastroso. A mesa farta de comida continuava lá sendo posta todos os dias, mas, só os homens de boa pompa comiam. Ao final de tudo, muita comida foi jogada fora em sacos pretos bem fechados para que nenhum homem de *jeans* rasgados pudesse revirá-los. Quase vinte e cinco ainda era pouco esforço, não era o suficiente para que ao invés da comida ser jogada no lixo, fosse destinada àqueles pobres homens famintos.

Os homens de *jeans* pensam que não é possível vencer quem tem dinheiro e poder sobre o centro do cenário, por isso, tentam se esforçar mais e mais, dia após dia.

É! Bem-vindos ao espetáculo chamado século XXI. Como bem nos recorda Santos (1999, p. 7), o dinheiro busca desmanchar tudo, já o território, mostra que há coisas que não se podem desmanchar. Uma dessas coisas são as relações sociais indissociáveis ao fluxo da ocupação humana.

Por isso, a todo esse cenário do espetáculo descrito até aqui, chamaremos de território. Aos homens de terno, chamaremos de empresários, compreendidos por todos aqueles cujo capital detém. Em uma interpretação mais aprofundada da cena que acima descrevemos, os

homens de terno também podem ser os políticos, representando a figura do Estado que muitas vezes é omissa à fome. Logo, aos famintos homens de *jeans*, denominamos trabalhadores. Há inúmeras formas de resistir, de ocupar, transformar e ser expulso da cena. Há inúmeros motivos também.<sup>1</sup>

Pronto! Está feito! Há o palco e as margens do espetáculo, mas, são lembrados por suas atuações e muitas vezes participam efetivamente do espetáculo somente os atores que compreendem a parcela dos homens que estão no centro do palco. No espetáculo que descrevemos, os que estavam a margem, passaram tempo demais sonhando se quando saíssem dali, poderiam comer a comida da mesa posta nos fundos do palco. A sensação do roncar a barriga não os permitiu pensar em construir nem sequer um diálogo para se defender a fim de agir contra os que estavam no centro. Em alguns casos, a depender da condição, das variáveis e do medo, não há conflito, somente aceitação. Em outros casos, o conflito ocorre para que os homens de *jeans* não sejam esquecidos e nem maltratados pelos homens de terno.

Para interpretar essa metáfora, basta substituir a palavra espetáculo pela palavra território e entender que os que estão a margem desse território são aquela parcela da população brasileira em situação de pobreza e de fome. A cruel realidade deste país permite o surgimento destas mazelas sociais porque o território nacional está sendo construído pelos homens de jeans que traduzimos como sendo as instituições econômicas ou até mesmo o próprio Estado. Mesmo que essas entidades sejam comandadas muitas vezes por uma única pessoa, elas operam em grande escala correlacional e são responsáveis por construir o espaço e moldar o território brasileiro conforme as necessidades do capitalismo.

Esses homens de jeans possuem um entendimento sobre o território que é quantitativo, enquanto para a população faminta, o território é muito mais que isso, é lar, é sobrevivência, é vida. É a partir da perversidade do sistema capitalista que territórios menos igualitários se desenvolvem e que a fome e a pobreza acontecem. As ideias de construção de um dado território não são as mesmas para os diversos agentes que moldam o espaço, é essa diversidade de ideias que gera conflito.

Assim sendo, segundo Haesbaert (2004, p.1) o sentido da palavra território é carregado de uma dupla conotação, sendo ela material e simbólica. Para o autor, o significado de território

---

<sup>1</sup> Nesta monografia, optamos por discorrer e conceituar a categoria de análise território o referenciando em seu sentido de dominação para com uma porção do espaço, através da figura do Estado, que por sua vez, age em consonância com a elite capitalista, criando uma grande parcela de pessoas que não conseguem viver com dignidade.

tem relação com a dominação da terra e com a apropriação desta. A apropriação está ligada a identificação com o território, ou seja, tratar-se-á de algo muito mais simbólico, embora, também ligado as noções de poder.

Portanto, no cenário do século XXI a maior das dificuldades é entender como a fome se dá e quais são as razões para haver mais ou menos pessoas dos quais o estomago ronca e não há comida. É nesse sentido que o agir de alguns atores em cena pode ser cruel e catastrófico, já que a depender do grupo ao qual esses atores participam, suas ações serão destinadas a mesma bolha concêntrica ao qual fazem parte.

Nesse bojo que Santos et al (2000, p. 12) falará em território como recurso para os atores hegemônicos e como abrigo para atores hegemonzados. Indo ao encontro do que elabora Santos, Haesbaert (2004, p. 11) ao falar sobre multiterritorialidade, admite que diferentes grupos de pessoas enxergam o território de forma a ligá-lo a sua identidade ou não. Logo, os atores hegemonzados apropriam-se do território e o entendem como fator essencial da reprodução da vida e do bem-estar social, diferentemente dos atores hegemônicos que enxergam sob a lente da mercantilização e do lucro acerca dos recursos que estão postos sobre o chão do território (esse, nesse caso, muito mais funcionalizado do que simbólico).

Ademais, os atores hegemonzados, por recriarem-se e sobre(viverem) a partir de um território muito mais simbólico, acabam, na maioria das vezes, sendo empurrados para dentro de situações (tais como a ausência de alimentação diária ou a ausência de dinheiro o suficiente para satisfazer as necessidades do bem-viver) lócus ao qual não recebem sequer nenhuma assistência por parte daqueles que enxergam o território como algo material e funcionalizado.

Sendo assim, fome, pobreza e multiterritorialidade estão ligados em sentido amplo a uma luta entre grupos e instituições. Acerca da multiterritorialidade se pode afirmar que:

No âmbito político, o pertencimento gera sentido de domínio sobre o lugar, sentido que estimula o aparecimento de formas de autoridade e de tributação sobre o espaço, configurando a real perspectiva territorial: percepções de atores diversos, geralmente alheios aos contornos territoriais [...] que inserem suas visões, confrontando-se com os dos residentes (Zambrano, 2001, p.29 apud Haesbaert, 2004, p.8).

Relacionando isso a fome, a incidência e ao perfil de cidadãos famintos, dependerá de como a formação funcional e simbólica de dados territórios ocorreu antigamente e como ainda está ocorrendo e se transformando dia a dia a partir de novos aparecimentos de formas espaciais diversas que privilegiam dados grupos presentes no território.

Além disso, é preciso pensar em como a oferta de oportunidades para que as pessoas saiam da situação de fome e de pobreza possui clara relação com essa questão. Os atores

hegemônicos, em sua grande maioria, estão quase sempre relacionados e se apoiam, tomando historicamente, medidas para se proteger da revolta dos atores hegemonzados a fim de contribuir para a manutenção do poder que detém sobre o território.

Essa força tensionada de poderes gera uma grande desigualdade sobre o espaço, porque os atores hegemônicos não renunciam aos recursos que um território funcionalizado oferece para que os atores hegemonzados possam apropriar-se a fim de não acumular, mas, de usá-lo por seu bem viver.

Assumindo então que a desigualdade é a raiz das problemáticas que envolvem a pobreza e a fome, é possível afirmar que a geografia da fome é também uma geografia que se perpetua ao longo da história, já que a(s) desigualdade(s) (ver capítulo 2) estão com o passar dos séculos sendo acumuladas, pois, as mesmas forças de poder permanecem. Ao dizermos isso, pode-se relacionar a geografia da fome como sendo resultado da fragmentação da vida de forma desigual bem como resultado das sobreposições de territórios (relações de apropriação e de dominação). Daí o termo multiterritorialidade — Haesbaert (2004, p.11) passa a ser tão importante para a análise da fome, da pobreza e da desigualdade no Brasil.

Como se já não bastasse o triste quadro da condição de subalternos que países como o Brasil enfrentam devido aos longínquos anos de herança colonial, Lacoste (1971, p.19) será um dos autores que explicitará que dois conceitos chave surgem durante a Guerra Fria para tentar explicar o conjunto da América Latina, lócus ao qual encontra-se o Brasil. Esses dois conceitos tratar-se-ão de 1) o subdesenvolvimento e 2) a noção de Terceiro Mundo. Ambos os entendimentos em determinados momentos, podem vir a fundir-se e/ou confundir-se, o que não corrobora para a criação de uma teoria sobre os países desiguais e famintos.

Logo, para Lacoste (1971, p.17) fome e subdesenvolvimento estão diretamente relacionados:

A noção de subdesenvolvimento é indissociável destes dois fatores fundamentais: 1º os povos subalimentados formam atualmente cerca de três quartos da humanidade; 2º sua massa vai ser multiplicada por cerca de 2,5 nos próximos quarenta anos.

De certo, ao escrever, em 1970, Lacoste não imaginava que fenômenos como a globalização e a reestruturação produtiva do espaço impactariam tão fortemente para que essas duas condições em que o autor coloca como condições de subdesenvolvimento de fato se concretizassem.

Não há dados muito exatos que corroborem para um comparativo geral do número de famintos quando Lacoste escreve o livro Geografia do Subdesenvolvimento (1971), mas, sabe-

se que atualmente, segundo a Organização das Nações Unidas - ONU (2024), a partir de dados colhidos no ano de 2023, expõe que cerca de 733 milhões de pessoas passavam fome no mundo. A Organização ainda acrescenta que esse número equivale ao valor de 1 a cada 11 pessoas no globo terrestre e uma a cada cinco na África. Ademais, desses 733 milhões totalizantes, a Organização das Nações Unidas – ONU, em seu Relatório Panorama (2023) afirma que 43,2 milhões estão na América Latina. Já em estudo nacional realizado pela Rede Penssan, em 2022, 33 milhões de pessoas estavam em situação de insegurança alimentar no Brasil.

Destarte, é necessário tomar muito cuidado ao falarmos de fome e desenvolvimento, porque muitas das relações e características que fundamentam essa ideia desconsideram a vastidão cultural dos territórios e focam-se exclusivamente em agrupar países por meio da sua economia, tomando como ponto de partida os números fornecidos pelo Produto Interno Bruto (PIB), esse que, por sua vez, nada diz sobre um país a não ser sua capacidade de produção.

Além disso, o termo subdesenvolvimento coloca por de baixo dos panos todos os diversos cenários sociais possíveis, ao invés de relacioná-los quantitativamente as acumulações espaciais diversas que se deram ao longo dos séculos.

De certo, o mundo dito subdesenvolvido, em especial o mundo Latino Americano é aquele que sofre com a maior porcentagem de miséria e de fome bem como já expomos aqui, mas, isso não se dá, no caso do Brasil, por exemplo, porque a sua capacidade de produzir é baixa (pelo contrário, alguns dos países latinos são os maiores produtores de alimento do mundo) e tampouco porque os homens que habitam seu território são preguiçosos, isso ocorre porquê houve e ainda há inúmeras somas de desigualdade(s) que afunilaram-se mais e mais a cada nova técnica e novo objeto posto sobre o espaço geográfico. Eis então, a necessidade de colocar luz ao cenário do século XXI.

Em um contexto anterior ao que vivemos, ou seja, em um momento em que os processos de industrialização ainda não tinham se concretizado em todos os países do globo, Lacoste (1971, p.19) irá citar que o ambiente do mundo bipolar que é criado durante a Guerra Fria, a dicotomia socialismo e capitalismo, corroboraram até mesmo para que a noção de terceiro mundo e de subdesenvolvimento determinasse aqueles países cujo eram considerados forças neutras.

Sobre isso, o desenrolar do século XXI foi bastante esclarecedor. O capitalismo expandiu e ele não permite forças neutras, mas, se alimenta através de uma força opressora terrível. A herança colonial é pano de fundo essencial para entender esses velhos conflitos que ganham uma roupagem nova de tempos em tempos. As formas de existir do capitalismo somente se consolidaram porque fizeram e fazem uso de desigualdades que já existiam. A essas

desigualdades novas variáveis são adicionadas conforme a dominação e apropriação do território se dá de formas, ora combinadas, ora tensionadas.

Indo ao encontro, Haesbaert (2004, p.4) dirá que os processos de dominação relacionados ao conceito de território funcional estão atrelados ao surgimento de territórios da desigualdade, enquanto os processos de apropriação, ligados ao território simbólico, produzem territórios da diferença.

Haesbaert (2004) não é o primeiro autor a falar sobre diferença e desigualdade e demonstrar que essas duas palavras não são conceitos sinônimos dentro da análise territorial, essa que por sua vez, é essencial para o estudo das problemáticas espaciais, e em suma, das que se relacionam ao social tais como a fome e a pobreza. Nesse bojo, pensando já na categoria espacial, que ao nosso ver é necessária ao surgimento da categoria território, Lacoste (2010) falava sobre espacialidade diferencial para explicitar que a sobreposição dos territórios possibilitou a abertura de um discurso sobre os termos diferença e desigualdade.

Em realidade, se durante o século XX falar sobre superposição de conjuntos espaciais já era possível visto que processos tais como a expansão do tecido urbano e a industrialização ainda encontravam-se em seu estágio inicial em boa parte do mundo, no século XXI, com a intensificação e avanço das técnicas, bem como devido a globalização inerente, a geografia enquanto disciplina espacial passará a partir do pressuposto de que a diferença é conceito chave e caráter obrigatório para o entendimento da produção espacial. Portanto, os processos de diferenciação antecedem os processos de desigualdade.

Todas as frações do globo se diferenciam, primeiramente de forma muito simplista porque nenhuma possui os mesmos elementos na composição de sua paisagem natural e logo, tampouco possui os mesmos objetos ao analisarmos suas dadas composições sociais. No século XXI, a globalização possibilitou a produção capitalista do espaço, tornando nítido os processos de espacialização porque, as atividades sociais que antes podiam ser desenvolvidas concentricamente, agora, ganham funcionalidades espalhadas, principalmente no contexto urbano.

Em palavras de Lacoste (2010, p.46): "De fato, as diversas práticas sociais têm, cada qual, uma configuração espacial particular. Chega-se assim a uma superposição dos conjuntos espaciais que se interceptam uns aos outros".

Contudo, as novas funcionalidades sociais do espaço, mesmo que tendam a uma superposição e a uma interconexão, muitas vezes, em formas de rede — tal como apontam autores como Santos (2006) — geram não um grande núcleo como se podia pensar no contexto do século XX, mas, pequenos núcleos de concentração que se espalham a depender das

necessidades da localidade e da região, o que possibilita desigualdades das mais diversas, já que objetos e técnicas estarão disponíveis para uma parte limitada da população.

Desta forma, acerca disso e levando em consideração o cenário em que se desenrola o século XXI, Santos (2013, p. 48) discorre:

Atualmente, apesar de uma difusão mais rápida e mais extensa do que nas épocas precedentes, as novas variáveis não se distribuem de uma maneira uniforme na escala do planeta. A geografia assim recriada é, ainda, desigualitária. São desigualdades de um tipo novo, já por sua constituição, já por seus efeitos sobre os processos produtivos e sociais.

Assim sendo, como exposto, a desigualdade está quase sempre ligada a incidência de pessoas famintas justamente por conta dessa tendência aos pequenos núcleos de concentração de técnicas, bens e serviços, variáveis essas que se intensificaram no cenário do século XXI. Por conseguinte, se pode dizer que ao empregarmos a palavra subdesenvolvimento para nos referirmos a países de herança colonial tais como o Brasil e o restante da América Latina, estamos expressando uma situação de desigualdade no que tange a possibilidade de usufruir dos objetos essenciais a vida e a reprodução dessa dentro dos territórios.

A desigualdade, no caso dos países de herança colonial é acumulativa e quando contextualizada e relacionada a globalização do século XXI, não ocorre porque a técnica, a informação e os bens e serviços não chegam até o país em questão, contudo, ocorre porque, esses encontram-se somente em um espaço de circulação limitado, articulado e escolhido para atender não as necessidades da população, mas, sim, do capital e do sistema capitalista.

A má distribuição de bens e serviços essenciais a um povo multiterritorial e multicultural tal como o povo brasileiro causa situações agravantes de fome porque são esses os fatores responsáveis, juntamente a oferta de emprego e de assistência social governamental, pela melhora na qualidade de vida da população.

O conflito é claro e embora ocorra em escala global, detém suas particularidades em nosso país. Uma das particularidades é a desigualdade — e não o subdesenvolvimento, já que o desenvolvimento econômico, é, muitas vezes, o último dos fatores que corrobora para a diminuição da fome —.

Acerca do dito "desenvolvimento" econômico, argumento tão utilizado para falar sobre fome por alguns economistas, podemos citar o Brasil como sendo um dos pioneiros nas ações que incluem a união de alguns países em situação de desigualdade (os conhecidos países subdesenvolvidos e terceiro mundistas). Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em setembro de 2006, é consolidado o Bloco Econômico dos BRICS, composto

inicialmente por Brasil, Rússia, Índia e China. Mais tarde, ainda segundo o Instituto supracitado, em 2011, a África do Sul passa a fazer parte do agrupamento.

Mas, mesmo assim, a fome, a desigualdade e a pobreza não foram resolvidas. Desta forma, se as causas da fome estão relacionadas ao baixo desenvolvimento econômico dos países ditos terceiro-mundistas, por que a unificação de blocos econômicos que aproximem países em situações parecida não é o suficiente para solucionar a problemática?

Em resposta, dizemos que a problemática da fome no século XXI não é somente econômica. É também política e social. Por isso, propomos que a ideia de subdesenvolvimento tenha sua conceituação alterada dentro da geografia, quando relacionada a problemática da fome, pelas ideias de que há pelo menos dois tipos de desigualdade que são causadoras das misérias. Desta forma, não existe fome sem desigualdade, sendo ela de caráter monetário ou espacial, assim como explicaremos mais a diante (ver capítulo 3)

Ademais, é preciso levar em consideração também que não são todos os países que aos olhos do dito mundo desenvolvido que participam dos mesmos blocos econômicos, logo, não é possível colocar como solução a unificação econômica destes.

Isso ocorre, pois, as palavras união e unificação não são sinônimos. Segundo Santos (2013, p 52)

Perversidade porque as formas concretas dominantes de realização da globalidade são o vício, a violência, o empobrecimento material, cultural e moral, possibilitados pelo discurso e pela prática da competitividade em todos os níveis. O que se tem buscado não é a união, mas, a unificação.

Se fala em unificação das técnicas, em difusão plena dos objetos, bens e serviços, se fala até mesmo, como explicitamos anteriormente, sobre unificação econômica, mas, nunca sobre a união dos países em situação de desigualdade e esse, talvez fosse de fato o caminho para combater a fome. Desta forma, Santos (2013, p.52) dirá que "Embora os novos suportes materiais da vida tendam universalmente a estabelecer-se em toda parte, sua utilização criará situações diferentes ou mesmo convergentes".

A isto posto, como não pensar que essas primeiras duas décadas de século XXI não fazem parte de uma verdadeira cena de conflito entre os que possuem acesso a técnica, aos objetos bens e serviços de um mundo globalizado e os que não possuem? O fato de não possuir é perverso e expresso escancaradamente pela miséria e pela fome nos grandes centros urbanos e no mundo agrário brasileiro e latino-americano.

Com base nisso, nos questionando se os homens de *jeans* rasgados, sim! aqueles mesmos que colocamos dentro da cena que se descreve na abertura deste capítulo, os que tem

multiplicando-se a cada dia e precisam de emprego, moradia, educação e alimentação vão passar o resto da vida a espera. Como dar a eles tudo isso se os homens de terno e pompa concentram tantas riquezas que fazem do território seu palco, enquanto os que estão as margens do espetáculo não são chamados para entrar em cena, nunca?

Sendo assim, quando é que essa parcela da população brasileira passará a ter espaço dentro do espaço geográfico?

## 2. CAPÍTULOS DE CONFLITO: O ESPAÇO GEGRÁFICO E O TERRITÓRIO DESIGUAL

Por falar em espaço geográfico como categoria de análise que corrobora para o entendimento da nova geografia da fome no Brasil, essa, muitas vezes foi confundida ou associada na concepção de alguns geógrafos com a categoria território. Mas, afinal, será possível dizer o que vem primeiro? O espaço ou o território?

Dematteis (2015, p. 15) corrobora para essa discussão lembrando que autores como H. Lefebvre, D. Harvey e M. Castells foram os primeiros a sugerir que o espaço geográfico equivalia ao território, isso porque, para esses pensadores, através de uma espaciologia, o território torna-se objeto de disputa e de dominação, além de ser base para as relações sociais de produção.

Sobre essas afirmações, H. Lefebvre e outros contribuem com o conceito de espaciologia, porque através dele o território se torna também o palco de todas as problemáticas sociais — tais como as que tratamos aqui como questões fundamentais, ou seja, a fome a pobreza e a desigualdade — é sobre ele que a vida em constante conflito se dá, afinal, disputar o território e dominá-lo pode significar a possibilidade de controle de recursos, o que para a sociedade de consumo globalizada, é essencial. É através desse controle de recursos que muitos acreditam ser possível alcançar justamente o que defendemos ser uma ideia um tanto quanto equivocada: o desenvolvimento econômico e por consequência o desenvolvimento do bem-estar social das pessoas.

Entretanto, sobre as categorias espaço e território, Santos (1978) irá acrescentar as ideias de H. Lefebvre e outros argumentando que o espaço quando for utilizado pelo povo que o ocupa, será, então, capaz de criar território usado. Mais adiante, Santos (1978, p. 240) irá além dizendo que se trata, então, de uma espaciologia. Logo, o território irá ser entendido como parte deste último conceito. Com base nisso, não estamos querendo dizer que o território antecede o espaço, mas, sim, que uma categoria está contida em outra, e isso não necessariamente implica dizer a ordem em que esses surgiram ou possam vir a surgir.

A noção de espaciologia defendida por Santos (1978) será capaz de demonstrar como as formações socioespaciais foram moldando-se, atribuindo aos objetos uma história e um tempo próprio. A ideia de espaciologia está diretamente ligada ao método materialista histórico-dialético, sendo de elevada importância para a geografia, pois, colabora para o reconhecimento de uma visão de espaço que assegura a coesão dos fatores, buscando entender intencionalidades

que hoje compõe uma totalidade. Totalidade essa que conta a história da ocupação humana. Portanto, se os objetos dentro do espaço geográfico contam uma história, também são capazes de demonstrar as ações e por conseguinte, a forma de pensamento que estava vigente no momento de sua implementação, sendo possível até mesmo entender a evolução das técnicas.

Para melhor aprofundar, em palavras de Saquet e Silva (2008, p. 8) ao analisarem as teorias de Santos contidas na obra do autor supracitado intitulada como “ *Por uma Geografia Nova* ” (1978), afirmam que:

O espaço geográfico é mais amplo e complexo, entendido como um sistema indissociável de sistemas de objetos e ações, em que a instância social é uma expressão concreta e histórica. O território é um conceito subjacente em sua elaboração teórico-metodológica e representa um dado fixo, delimitado, uma área.

De fato, o território mesmo sendo a primeira coisa que se entende como palco da vida, ele não é autoexplicativo e tampouco existe com a função de ser onde os seres povoam e nada mais, há um ou vários propósitos para sua existência.

Muitas vezes, o território está relacionado a uma criação normativa e imutável, visto como parte essencial da organização socioespacial. Por isso, muito tem se falado dentro da geografia sobre territorialidade e/ou multiterritorialidades, já que o território em si quase sempre é associado a disputas e conflitos de poder que desconsideram ou oprimem a culturalidade do que é realmente habitar um lugar e fazer do seu chão a essencialidade e o centro das relações, sem criar vínculo com alguma forma de lucro tal qual sempre ocorre nas preocupações de manutenção relacionadas ao sistema capitalista.

Se o espaço é um sistema de objetos e de ações historicamente e socialmente construídas que estão contidas sob o chão normativo do território, é possível começar a pensar que esse processo de criação e/ou adequação do espaço geográfico também pode ser gerador de desigualdade(s). Logo, o espaço está carregado de antagonismos dos mais diversos e se esses são capazes de gerar desigualdades, certamente, também geram fome e pobreza.

De certo, a categoria espaço é mais ampla e complexa, tal como pode ser entendido por palavras de Saquet e Silva (2008, p. 8), o que nos leva a pensar que o espaço geográfico é o conceito que possibilita englobar todas as outras categorias de análise da ciência geográfica, justamente porque propicia desdobramentos, tornando possível entender o espaço para além da metafísica, pois, passa a ser desenvolvido uma noção de espaço social. Afinal, o espaço quando entendido por meio do conceito de espaciologia pode ser, em palavras de Santos (1973, 24) uma ciência meta-histórica.

A partir disso, o espaço não se dá sem uma ordem e sem o emprego de técnicas capazes de a fazê-la. Essas técnicas são cumulativas. Daí a ideia de que a geografia da fome é necessitada do entendimento das desigualdades produzidas no espaço e no território.

Assim sendo, se o território também pode ser compreendido como o palco do espetáculo de toda vida ou de pelo menos parte dela, o espaço, em palavras de Santos (2006, p. 119) será aquele que permitirá que a sociedade global se realize como fenômeno.

Outrora, como assim, sociedade como fenômeno? Partindo das teorias de Santos (2006, p.122), a ideia de totalidade que a categoria espaço carrega pode ser também antagônica. Isto porque dizer que o espaço também é um espaço histórico e social, cumulativo e criado a partir de um território ocupado por uma sociedade com inúmeras técnicas de organização, implica dizer também que o espaço não está acabado e a totalidade observada em um dado momento não será a totalidade definitiva, pois, essa última se recria.

Quando se fala em como as técnicas são entendidas pelos geógrafos, Santos (2006, p.35) dirá que em trabalhos tais como o de Sorre (1948, p. 11-12) escritos no início do século XX, locus ao qual a globalização ainda não era um fato, a ideia de técnica entendida como sistema já estava presente. Por isso para Santos, o meio técnico também antecederá o meio técnico-científico-informacional, justamente porque a técnica sempre esteve presente e transformou-se em conformidade com a sociedade.

As técnicas podem ser de inúmeras qualidades e quantidades e os objetos que estão relacionados a ela surgem, evoluem e transformam conforme a necessidade de ordenar o espaço e de ampliá-lo.

Deste modo, para Santos (2006, p.125):

A transformação do todo, que é uma integral, em suas partes – que são as suas diferenciais, dá-se, também, por uma distribuição ordenada, no espaço, dos impactos do Todo, por meio de suas variáveis. As ações não se localizam de forma cega. Os homens também não. O mesmo se dá com as instituições e infra-estruturas. É esse o próprio princípio da diferenciação entre lugares, produzindo combinações específicas em que as variáveis do todo se encontram de forma particular.

Em outras palavras, a diferenciação espacial é impossível de ser contida, porque sem ela, não há a produção do espaço. Entretanto, a partir do momento em que a diferenciação é segregadora e concentradora, se pode iniciar discussões acerca da reprodução de desigualdades, que é o que de fato, corroborará para a produção da fome e da pobreza. A fome é, deste ponto de vista, produto de um espaço geográfico antagônico e de um território desigual e/ou segregador.

Como assume Santos (2006) a distribuição dos objetos dentro do espaço não se dá de forma equivocada. Há áreas de maior atratividade e repulsão e o que impulsionará isso será as tendências do capital, essas que por sua vez, também são cíclicas. Logo, o acesso a bens e serviços que garantem o bem-estar da população acaba por encontrar-se comprometido, já que a concentração dessas em uma determinada parte do espaço e em um determinado tempo histórico gerará desigualdades das mais perversas e em escalas que partem do todo ao particular, lembrando assim, que nenhuma variável se apresenta da mesma forma regionalmente, mesmo possuindo características comuns umas as outras.

Nesse sentido, no caso do Brasil, é possível afirmar que há uma desigualdade cumulativa, fruto da ocupação inicial do espaço (também cumulativo) no momento da colonização. Entretanto, se pode falar em desigualdade cumulativa porque essas desigualdades relacionadas a ocupação inicial do espaço (tais como o desenvolvimento da costa brasileira devido aos diversos ciclos econômicos em que o país atravessou dos séculos XV ao XIX) se juntaram a outras variáveis muito distintas e que são peculiares do século XXI, podendo ser expressas no que tange ao aparecimento de novas formas espaciais.

Serão dentro desses territórios que compreendem novas formas espaciais em que a fome e a pobreza serão devastadoras no Brasil.

Neste bojo, como ponto de marcação para falar sobre desigualdade tal como se vê no século XXI, se pode citar a globalização. Sabe-se que a fome e a pobreza não são fenômenos particulares deste século e tampouco surgiram com a globalização, já que em outros momentos históricos essas problemáticas sociais já estiveram presentes.

Entretanto, o que há de novo nesse período que não houve em outros, tratar-se-á das novas formas de produção e reprodução desses dois fenômenos no território e, por conseguinte, no espaço. O agravamento da fome e da pobreza no caso brasileiro, é fruto de um acúmulo desigual de objetos em dadas partes do território, que ao nosso ver, expressa uma verdadeira situação de desigualdade espacial, territorial e social.

Por isso, Santos (2010, p. 18) dirá que há pelo menos três mundos onde a globalização se manifesta de formas distintas. Sendo elas: o mundo como nos fazem crer, fruto de uma globalização como fábula, o mundo como ele é, fruto de uma globalização perversa e, por fim, o mundo como deveria ser, ou seja, uma globalização que se busca como ideal, porém, demonstrou ser quase inalcançável para a maior parcela da população durante esses quase 25 anos de século XXI.

O maior indicativo da globalização perversa é para o autor, o aumento da fome e da pobreza. Desta forma:

De fato, para a maior parte da humanidade a globalização está se impondo como uma fábrica de perversidades. O desemprego torna-se crônico. A pobreza aumenta e as classes médias perdem em qualidade de vida [...]. A fome e o desabrigo se generalizam em todos os continentes (Santos, 2010, p. 19)

Sob olhares ausentes de criticidade, em aparência, não há nada de maléfico na globalização como fabula já que a possibilidade de aproximação de culturas das mais diversas gerará o aparecimento de multiterritórios e conseqüentemente corroborará para o aumento da cooperação entre nações das mais distintas possíveis.

Contudo, na realidade, por conta da globalização se manifestar muito mais através de sua faceta perversa, se pode dizer que ela é marco gerador de uma nova fase do capitalismo. Portanto, a partir disso, uma nova face do espaço se revela, através do aparecimento de fixos e fluxos<sup>2</sup> que re(criam) desigualdades. Ainda Santos (2010, p. 33) defende que esse período histórico ao qual o século XXI atravessa, é na verdade, um período que é uma crise, onde a ordem entre as variáveis espaciais é comprometida. Entre essas variáveis, para nós, estão a fome e a pobreza.

A vista disso, o espaço geográfico que está se constituindo no século XXI está carregado de antagonismos, antagonismos esses, geradores de conflitos, especialmente entre classes mais e menos favorecidas, ou seja, entre o palco do teatro, e as margens do espetáculo.

O espaço geográfico é antagônico porque, ao mesmo tempo em que pode comportar todas as bases técnicas necessárias a (re)produção da vida, ele também comportará uma série de formas e configurações geradoras de exclusão.

Essa característica que torna o espaço geográfico conceito chave na análise da fome e da pobreza é justamente a suposta maneira de unificar e excluir que o espaço carrega em si. Essa dupla funcionalidade advém do fato de que o espaço não está isento de relações de poder, logo, não está isento de relações em e de desigualdade. Autores como Massey (2024), irão dizer que isso tudo está relacionado ao que ela denomina como geografia do poder, essas que ao nosso ver, tensionam o espaço e criam conflitos que levam ao apagamento de narrativas, gerando repressão a populações enquanto parte de uma nação, aos quais se veem na obrigação de adentrar a uma modernidade que para eles, muitas vezes, não possui base material e tampouco cultural ou filosófica para perpetuar-se.

---

<sup>2</sup> Os fixos são sociais, econômicos, culturais, esportivos, religiosos etc. Locais de prestação de serviços, pontos produtivos, bancos, hospitais, igrejas, escolas, estádios, praças, entre outros, configuram-se como fixos. Os fixos também podem ser divididos em públicos e privados (Santos, 2007)

Em palavras de Massey (2024, p.239):

[...] São as relações de produção capitalista que produzem esses espaços e essas regiões. Este é um espaço entendido como produto das relações sociais – um espaço cheio de conexões de poder – [...]. Ou seja, o poder é constituído em ‘relação’, é por isso que existe uma geografia do poder [...]

Desta forma, assumindo que a geografia do poder é uma realidade no território e no espaço geográfico brasileiro, se entende que ela é o fator responsável pela difusão de narrativas que com base em acontecimentos históricos e que no caso de países tais como o Brasil, lócus ao qual impera-se a desigualdade, geram conflitos e confusões. O espaço e o território Latino-Americano estão constantemente tensionados e subordinados a uma lógica organizacional que nada assemelha-se as variáveis geográficas contidas em territórios daqueles países que supostamente detém o poder hegemônico.

Logo, dizer que países latinos tais como o Brasil são países de desigualdade e não de subdesenvolvimento, é ir contra a narrativa geradora da geografia de poder, onde os países não podem se autodefinir sozinhos, pois dependem de uma única visão sobre si próprios, visão essa que normalmente lhes foi imposta pelos países hegemônicos (ou melhor dizendo, em sua grande maioria, os colonizadores) do globo.

Essas narrativas além de corroborarem para o fortalecimento do poder hegemônico neoliberal ligado a difusão de um estilo de vida inalcançável (pois, como veremos mais a diante, as políticas públicas de bem-estar social especialmente no caso do Brasil não são fortes o suficiente para atingir o patamar do dito subdesenvolvimento) fazem parte de um projeto político que visa por meio da manutenção da subordinação cultural, utilizando de base elementos históricos e de desigualdades cumulativas tais como a colonização e a independência tardia das Américas, deter poderio econômico. E com isso, as diversas vozes pedindo por ajuda, por alimento, por trabalho e por dignidade é constantemente apagada, ignorada.

Assim sendo, a fome e a pobreza fazem parte desse projeto político ligado a uma geografia do poder e do apagamento. É preciso ter famintos para que a narrativa se concretize.

Sobre essas narrativas de poder, Massey (2024, p. 242):

[...] A geografia desigual do mundo está sendo transformada em uma fila histórica, é uma transformação (uma reorganização) da geografia (uma simultaneidade espacial das diferenças – uma multiplicidade) em uma (única) história. É uma forma de pensar que tem uma forte relação com a modernidade, com o colonialismo e com o imperialismo

Ainda sobre isso, Massey (2024, p. 242) expõe que discutir a geografia das desigualdades, confrontando a visão de mundo ligada a essa fila histórica única que se constrói,

significa também confrontar o que é espaço. Se como anteriormente discutimos, o território antecede o espaço porque o espaço cria-se quando usado e incorporado por uma dada população, já que essa, por sua vez, irá organizar-se levando em consideração sua cultura e seus ideais, as questões de multiterritorialidade não podem estar deslocadas da definição e das discussões espaciais.

Cada território, cada nação, cada espaço deveria ordenar-se para atender as demandas de toda a população que responsável por cria-lo e recriá-lo diariamente, porém isso não ocorre, pois, as necessidades dos atores hegemônicos são impostas através de uma geografia do poderio econômico e não visando uma geografia das culturalidades.

São dessas culturalidades que advém os embates, o conflito, a não aceitação, a revolta. Assim sendo, assumir a pluralidade dos espaços usados é assumir que as variáveis gerais compostas por sistemas de objetos e sistemas de ações<sup>3</sup> mesmo possuindo caráter globalizador e globalizante, não garantem o desenvolvimento de bem-estar social. O que ocorre é, na verdade, a imposição de dadas variáveis. Afinal, não significa que por conta dos sistemas de objetos e sistemas de ações serem os mesmos, ao associarem-se as variáveis peculiares de cada território, serão capazes de surtir o mesmo resultado, ou melhor dizendo, a mesma configuração.

Ao mesmo tempo que é o espaço é o núcleo de extensas possibilidades de conexão entre fixos e fluxos diversos devido a presença de objetos globalizados, o espaço também contém separações de classes, apagamentos de discursos e segregações sociais que nos permite entender o espaço não somente como uma entidade totalizadora, mas, também, fragmentadora. Isso ocorre porque, para Santos (2013, p. 87):

Os sistemas técnicos contemporâneos hegemônicos são dotados de uma força capaz de invadir qualquer outro sistema já instalado, estabelecendo sobre a face da terra uma área de combate que é, ao mesmo tempo, a base da dinâmica do substrato da dialética do espaço. [...] É uma ação insuflada, e que por isso mesmo recusa o debate; e, ao mesmo tempo, uma ação não-explicada a todos e apenas ensinada aos agentes

A culturalidade de cada povo é a maior arma contra os sistemas técnicos hegemônicos, pois, por mais que os atores ligados a esse sistema tentem, ela é impossível de ser controlada. Por isso, para tornar-se e ser entendida como arma, é preciso que as pessoas reconheçam suas identidades e defendam a multiterritorialidade do espaço em que habitam para poderem criar

---

3 Para Santos (2013, p.87) o espaço só pode ser entendido através de um sistema de objetos e de ações. O autor afirma que esses objetos não são coisas, mas, criações do homem que estão postas sobre o espaço para contribuir a uma fábrica de ações. Para ele, esses objetos tendem sempre a uma unicidade, pois, são os mesmos em toda parte.

seus próprios planos ligados ao ato de habitar, desenvolvendo assim, um discurso contra hegemônico.

A narrativa de linearidade histórica, ou seja, a narrativa de que o mundo latino só parará de ser (re)produtor da fome e da pobreza é parte da herança colonial, por isso, dizemos que se trata de uma situação de desigualdade cumulativa que impactou diretamente no modo de organização do espaço. O mundo dos atores hegemônicos é tão bem articulado e tão impalpável para a maioria dos países latinos, que é visto pela população como um sonho.

O sonho é que os problemas tais como a fome e a pobreza ligados ao que o mundo hegemônico considera como subdesenvolvimento desapareçam, que a única forma disso acontecer é subordinando-se ao plano de vida e de governo dos ditos desenvolvidos. Os latinos não podem ter sua própria narrativa, quando o tentam são barrados por esses atores hegemônicos que ao todo tempo, empurram seu modo de ser, de se organizar, de viver o território usado. A desigualdade abre as portas para esses tipos de discurso. Se a multiculturalidade fortalece e se a América Latina é a maior detentora da diversidade cultural em seus territórios ao considerar-se a formação de seu território em espaço, o discurso do subdesenvolvimento é usado somente para encobrir e fortalecer uma única coisa: a subordinação a manutenção de uma geografia do poder perversa.

Com o devido macro panorama do continente em que se insere o Brasil posto em discussão, ao adentrarmos a uma escala menor, ou seja, ao tentarmos tecer um micropanorama do que ocorre para além das situações de fortalecimento de discursos e ideologias hegemônicas globais, possivelmente entender a fome e a pobreza no Brasil a partir de uma desigualdade espacial, implicará concentrar esforços de forma a entender as desigualdades presentes em cada região do país.

## **2.1 Implicações da categoria de análise região para a geografia da fome**

Antes de tecermos as linhas gerais dessa nova geografia da fome e explicitar as causas da pobreza que se revela no século XXI, caberá entender o que de fato, para a geografia é uma região e como as regiões brasileiras têm se construído e se transformado nesses quase vinte e cinco anos. Indo para além da normatividade do território, de forma a pensar em como a organização do espaço se dá e assumindo que esse espaço geográfico, é também espaço das desigualdades e dos fragmentos, ao mesmo tempo em que é o espaço da unicidade (em razão da globalização aos seus moldes) as regiões assim se organizam para que a concentração e a difusão de objetos, bens e serviços ocorra segundo uma dada ordem.

Clássicos da geografia como La Blache (1954) entendiam o conceito de região ligado a ideia de gêneros de vida, de modo a dizer que, a sociedade evoluiu por conta da forma em que os agrupamentos se deram ao longo do tempo. Analisando por esse lado, pode-se entender que a criação de regiões tornar-se-ia inevitável, visto que os seres humanos tendem a agrupar-se em uma determinada localidade para poder estabelecer a vida e suprir as necessidades de sua existência. Já de um ponto de vista mais econômico, a região possibilita o desenvolvimento dos meios de produção.

Ademais, urge dizer que o conceito de região lablacheana estava carregado de interpretações que para a época, eram consideradas renovadas, pois, talvez, La Blache (1954) tenha sido o primeiro pensador a dar o pontapé para um debate na geografia sobre a importância da cultura no modo de organização das sociedades.

Outrora, no último século, diversas outras concepções de região surgiram, principalmente após 1970, com o fortalecimento da geografia crítica. Haesbaert (1997), por exemplo, dirá que a região não é considerada em sentido amplo território, mas, pode vir a ser um tipo de território. Essa última visão vai ao encontro com um panorama sociocultural para o conceito de região, esse pelo qual ao nosso ver é muito mais refinado do que as ideias de La Blache sobre gêneros de vida, isso porque a afirmação de Haesbaert não qualifica exatamente a região como produto do cultural e pode estar relacionado ao conceito de multiterritorialidade.

Buscar tecer linhas que caracterizem uma região com base na culturalidade do povo em que a habita, no caso da geografia da fome no Brasil, corroborará para que se entenda a problemática da fome a partir dos hábitos alimentares e de como os seres humanos, em determinadas regiões, tiveram de aprender a alimentar-se do que a natureza oferecia em abundância, o que colaborou para o desenvolvimento de fortes raízes da população para com o território. Isso poderá ser mais bem observado nos escritos de Castro (2010) sobre a fome nas regiões brasileiras.

De um outro ponto de vista, se a região pode ser um tipo de território, assim como aponta Haesbaert (1997), ela também poderá carregar toda a normatividade de um e logo, pode ser entendida como um dado fixo a depender do momento e da análise que o pesquisador poderá vir a constituir.

Isso ocorre ao observarmos as divisões em regiões no Brasil do século XXI, visto que a divisão política administrativa do país em 5 regiões não teve, como um todo, quase nenhuma relação com a culturalidade brasileira. Segundo o IBGE ([s.d]), a divisão em regiões se deu dessa maneira para que fosse possível estudar (ou melhor dizendo, coletar dados) e administrar o território. Essa divisão sem dúvidas colabora para a identificação de áreas com maior ou

menor incidência de fome, mas, certamente não explica o porquê há mais ou menos fome nesse ou naquele ponto do território brasileiro.

Para entendermos a fome, é preciso vislumbrar as regiões a partir de sua formação socioespacial. A busca pela identificação da fome é caráter importantíssimo para a ação de políticas públicas localizadas, mas, quase nunca colaborará para a efetivação de políticas públicas de combate à fome a nível nacional porque mesmo que o Estado entenda que em alguns casos essa variável implode regionalmente e em seguida explode em todo o país muitas vezes associada ao fator pobreza, as políticas públicas a curto prazo desconsideram as peculiaridades regionais de ocupação e desenvolvimento econômico que em suma, irão formar um todo desconexo, afunilando ainda mais as desigualdades.

Por conseguinte, ao que parece, o fator que mais foi levado em conta no momento de divisão do Brasil nessas 5 regiões está diretamente relacionado a variação clima/vegetação – biomas. De certa forma, a imposição de divisão das regiões gerou uma culturalidade forçada e pode ter relações diretas com como as pessoas identificam-se ao redor do país, colaborando para que a existência da fome, da pobreza e da desigualdade sejam negadas em determinadas partes do território até os dias de hoje.

Com a baixa difusão das ideias de regiões culturais, um termo que pode ser citado como utilizado pelo próprio IBGE para conceituar regiões em geral é o termo regiões político administrativas, esse por sua vez, é até mesmo ensinado no Ensino Fundamental e Médio das escolas brasileiras. Já termos de análise urbana, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1990), irá também falar sobre regiões metropolitanas, mesorregiões etc. Conceitos que como um todo, são usados para definir às variáveis condensadas em uma dada porção do território. Essas variáveis condensadas podem ser desde o nível de urbanização, escolarização, renda etc. de uma área, até a sua rede de conexões com outras porções do espaço geográfico. Em geral, todos esses fatores caminham juntos.

Para Santos (2013, p.108) existem regiões de fazer e regiões de mandar. As regiões do fazer, para o autor são onde os objetos técnicos estão a serviço dos atores hegemônicos e não a serviço da população que habita o território. Mas, os objetos que se encontram nas regiões do fazer e nas regiões do mandar estão envoltos de uma inter-relação, porque os objetos técnicos contidos nas regiões do fazer não funcionam sem um centro de comando.

Ademais:

Nas regiões onde o sistema de objetos e o sistema de ações são mais densos, aí está o centro de poder. Nas outras áreas onde o sistema de objetos e o sistema de ações é menos complexo e menos inteligente, aí está a sede de dependência (Santos, 2013, p. 109)

Santos (2013, p 109) ainda acrescenta que para ele, região significa reger. Nesse sentido, as regiões do fazer serão muito mais suscetíveis a presença de fome e de pobreza, assim como demonstraremos mais a diante.

### **2.1.2 Os tipos de desigualdade**

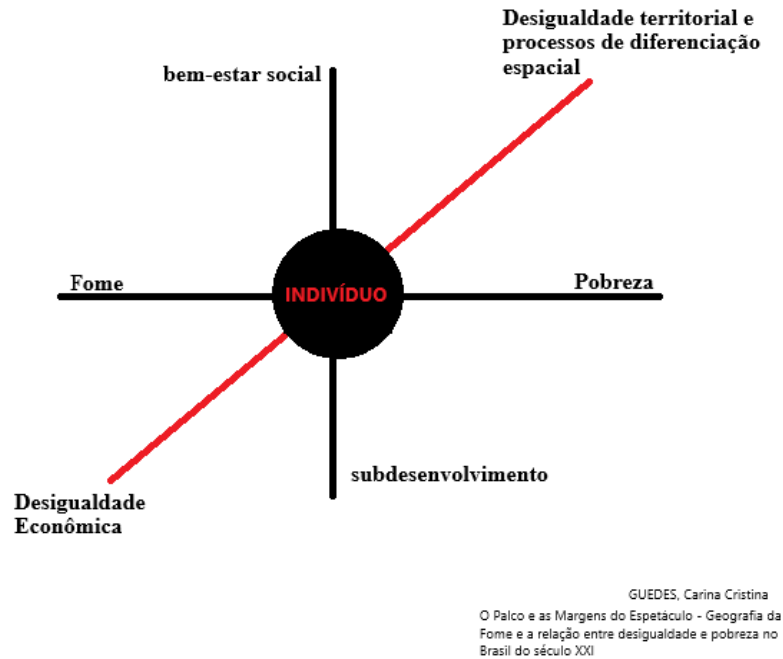
Ademais, essa própria divisão de regiões do fazer e de mandar explicitada por Santos (2013) implica a ideia de que o espaço está em constante situação de diferenciação, por conseguinte, os processos ligados a evolução das técnicas gerarão núcleos de poder e de comando. Logo, a concentração de bens e serviços em determinadas áreas se torna uma realidade que acarretará consequências, tais como a queda do bem-estar social e da qualidade de vida.

Desta forma, essa distribuição desigual de bens e serviços, acompanha uma distribuição desigual de renda. Essa hipótese considera o que Santos (1999, p. 10) explicita sobre zonas de condensação e zonas de rarefação do dinheiro. Em suma, onde há concentração de objetos, há concentração de dinheiro, já onde não há, o capital não chega e por consequência, o acesso a bens e serviços torna-se limitado. Portanto, a fome e a pobreza são fruto de uma dupla situação de desigualdade: a desigualdade territorial e a desigualdade econômica (ver gráfico 1).

A desigualdade territorial acabará sendo o fator que corrobora para a reprodução da pobreza, isto porque, dentro das configurações espaciais que observamos na atualidade, são essas zonas de rarefação de dinheiro que concentram a maior parcela da população empobrecida.

Já a desigualdade econômica, está mais relacionada a fome, afinal, sem recursos financeiros suficientes para adquirir ou produzir alimentos, o indivíduo acaba por ter seu direito a alimentação retirado.

## GRÁFICO 1 – OS TIPOS DE DESIGUALDADE



Fonte: Guedes, 2025.

No gráfico 1, se observa a desigualdade econômica, a desigualdade territorial e os processos de diferenciação espacial fazendo parte do final da linha em vermelho que atravessa a palavra indivíduo, indicando que para nós, essas são as duas principais causas da fome e da pobreza no Brasil do século XXI.

Ademais, de uma ponta a outra na horizontal do gráfico se observa as palavras fome e pobreza, indicando que essas se encontram na mesma balança, portanto, não se dissociam.

Na vertical, os conceitos de subdesenvolvimento e de bem-estar social também aparecem dessa forma. Isto posto, uma outra proposta de reformulação dos conceitos de subdesenvolvimento que pretendemos defender é essa: territórios subdesenvolvidos poderiam ser qualificados como sendo aqueles territórios onde o estado de bem-estar social está comprometido, ou seja, não é eficaz e não se desenvolveu. Entender o subdesenvolvimento da maneira que estamos propondo tiraria o peso da relação da palavra com o viés econômico, corroborando para uma discussão onde o *Estado* é um dos agentes responsáveis pelo agravamento das problemáticas sociais e não, a população, seu modo de vida ou sua cultura.

Defender que é o Estado esse ator em cena que coloca as pessoas as margens do espetáculo é ir contra o pensamento meritocrático e neoliberalista. Em função da desigualdade econômica e a desigualdade territorial, não são todas as pessoas que vivem no território brasileiro que possuem as mesmas oportunidades e a mesma qualidade de vida, mesmo que os

direitos sociais como a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer sejam garantidos na Constituição do país (República Federativa do Brasil, 1988)

Assim sendo, o gráfico em quatro quadrantes foi elaborado dessa forma para simbolizar o peso equilibrado que cada um dos quatro conceitos possui na criação de uma nova geografia do fome no Brasil.

Por fim, o espaço geográfico é antagônico porque ele está suscetível a processos de diferenciação ligados a desorganização e a reorganização das variáveis, ou seja, dos objetos que circundam e aparecem dia após dia para compor o que hoje autores como Santos (2006) chamam de meio-técnico-científico-informacional.<sup>4</sup>

Se o espaço está em constante desorganização e reorganização, a fome e a pobreza estarão presentes como parte da ausência de equilíbrio desses sistemas de objetos e de ações que nos rodeiam. Portanto, os traços de uma nova geografia da fome começam a aparecer com bastante clareza. Será possível que em algum momento da história, o novo e o velho encontrarão um equilíbrio, sem que os acúmulos do espaço sejam desconsiderados? Se isso ocorrer, a fome e a pobreza também diminuirão, porque, somente assim, os objetos geográficos finalmente estarão a serviço da população.

---

<sup>4</sup> Para Santos ( 2006, p. 238) o período que compreende ao atual e que o autor denominou como meio-técnico-científico-informacional somente pode ser assim entendido porque " Neste período, os objetos técnicos tendem a se ao mesmo tempo técnicos e informacionais, já que, graças à extrema intencionalidade de sua produção e de sua localização, eles já surgem como informação; e, na verdade, a energia principal de seu funcionamento é também a informação"

### 3. UMA NOVA GEOGRAFIA DA FOME: UM FATO OU UMA ILUSÃO?

Os novos objetos e os velhos objetos em um mundo globalizado como o atual já não mais estão distantes e tampouco, às vezes, podem ser distintos dentro do território. Talvez, essa seja a maior das contradições do século XXI, a aproximação e a distância andam tão sobrepostas a ponto do tempo das coisas já não poder ser tão facilmente identificado dentro do espaço, já que velho e novo se unem para que algo verdadeiramente único seja criado. A fragmentação e a desigualdade dos espaços se nutrem disso. Por um outro lado, o acesso a bens e serviços em territórios onde há maior ou menor acúmulo de desigualdades espaciais gerará desigualdade econômica.

Como vimos em capítulos anteriores a esse, variáveis históricas das mais diversas tais como a colonização dos países Latino-Americanos, locus ao qual em um dado momento foi usada como pano de fundo para basear o segregacionismo e o preconceito regional — conclusões essas que por sua vez, na verdade, eram usadas pelos países colonizadores para tentar conter a América do Sul de crescer economicamente e conseqüentemente, manter a subordinação — foi um dos fatores responsáveis pelo acúmulo de desigualdades em determinadas regiões do Brasil.

Retomando o conceito de território funcional e território simbólico contido em Haesbaert (2014, p.60), no momento da colonização, a dissociação entre funcional e simbólico levou ao povoamento de porções do território brasileiro tomando como base somente os recursos e as condições naturais.

Mesmo após os processos de apropriação (ligados a forma em que a população passa a identificar-se como habitante de um determinado local) terem ocorrido já quando o Brasil constitui-se como nação independente, houve uma perpetuação da maneira em que o território era ocupado, e com base nisso, ele passa a desenvolver-se economicamente até o momento atual da história.

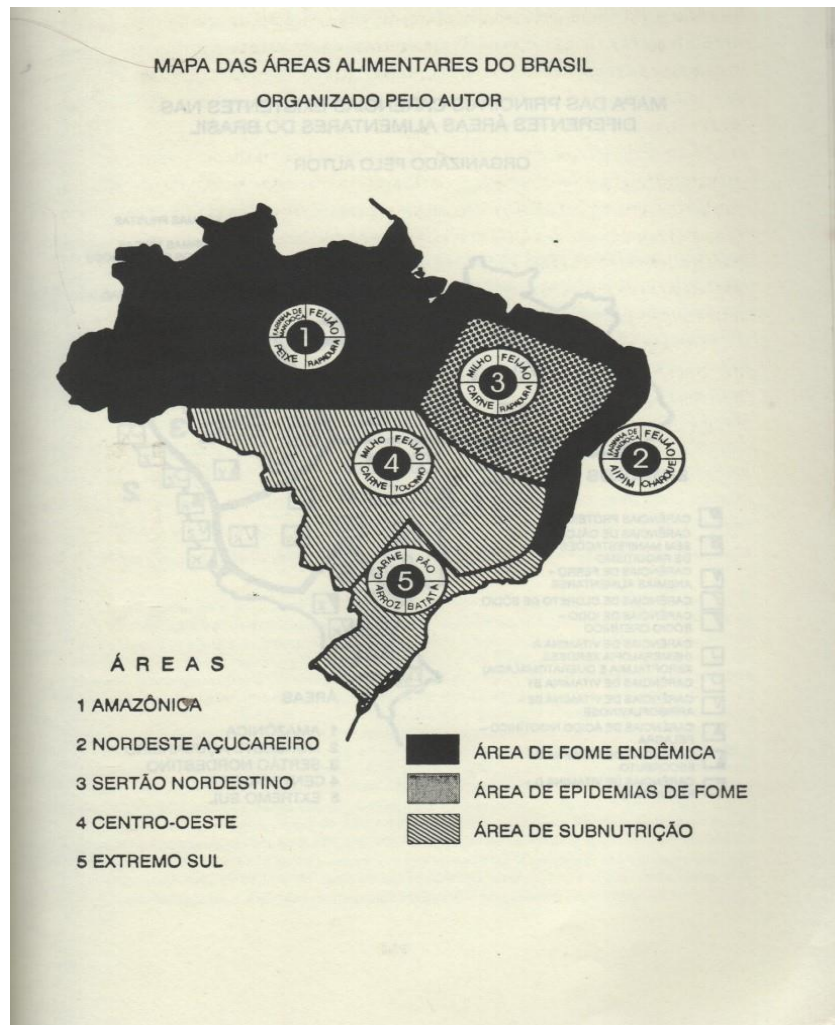
A ocupação inicial tratar-se-á, então, das formas de exploração para a satisfação das necessidades dos colonizadores em relação a demanda pela extração de produtos que não eram encontrados na Europa ou não podiam ser produzidos em outras localidades se não nos países tropicais, devido as condições climáticas. Com base nisso, recordamos Raffestin (1993, p.8): “Um recurso não é uma coisa, a matéria em si, ele é uma relação cuja conquista faz emergir propriedades necessárias a satisfação das necessidades [...]. Como meio para atingir um fim”.

Dessa forma, novamente, acabamos por chegar à conclusão de que não se trata de situações de subdesenvolvimento, mas, sim, de um acúmulo de desigualdades de mais ou menos

6 séculos (a contabilizar a partir de 1500, quando o território passa a ser explorado pelos portugueses). Defendemos que a fome é causada por esses processos de acúmulo de desigualdades que no século XXI, estão relacionados também a concentração e desconcentração de objetos, bens e serviços ao redor do território brasileiro.

Para melhor fundamentar essa ideia, torna-se de extrema importância fazer uma comparação que embora compreenda a um período muito menor de tempo histórico do que os últimos 6 séculos, traz recortes interessantes para o desenvolvimento de uma análise geográfica da fome no Brasil do século XXI. Para realizar essa comparação escolhida a fim de demonstrar o acúmulo de desigualdades geradoras das inúmeras situações de fome no Brasil, retomaremos os escritos e os mapas realizados por Castro (2010).

**FIGURA 1 – MAPAS DAS ÁREAS ALIMENTARES DO BRASIL**



Fonte: Castro (2010, p. 37)

No mapa acima é possível observar que Castro (2010, p.37) realiza seu trabalho sobre a fome dividindo o Brasil em 5 regiões, em uma tentativa de classificar o grau/nível de fome em que essas se encontravam em 1964, ano em que a primeira edição de sua pesquisa foi publicada.

Ademais, se nota que o autor tentou trazer os hábitos alimentares de cada região do país e além de relacioná-los a fome, buscou associar a questão da carência de vitaminas e minerais. Talvez essa abordagem tenha sido adotada naquele momento porque Castro (2010) além de ser geógrafo, também era médico e por isso tentou unir diversos conhecimentos para formular uma teoria forte e que fosse aceita sobre a fome no Brasil através de método voltado a multidisciplinariedade.

Contudo, a pesquisa de Castro (2010) é tão importante para o século XXI quanto foi para o século XX mesmo que as variáveis geradoras da fome tenham sido transformadas e sobrepostas a outras, justamente porque a análise empregada pelo autor ainda não foi observada em nenhuma outra obra sobre a temática. A isto posto, Castro (2010), não utiliza a divisão das regiões clássica (ou seja, a divisão político-administrativa), pois, busca levar em consideração tanto o passado colonizador quanto as características produtivas de cada porção do território brasileiro.

Como se observa no Mapa 1, a região que o autor denomina como Região Amazônica, tinha como base em sua dieta 4 alimentos principais, sendo eles: 1) o feijão, 2) a farinha de mandioca, 3) o peixe e 4) a rapadura. Já a segunda região que Castro (2010) denomina como Região do Nordeste Açucareiro, consumia muito mais charque e aipim, mas, a persistência da farinha de mandioca e do feijão ainda foi bastante significativa. Essas duas regiões, em 1970, eram classificadas por Castro (2010) como sendo áreas de fome endêmica, ou seja, áreas onde ocorre por um determinado tempo, a fome de forma persistente e/ou recorrente.

Em específico sobre a Região Amazônica, Castro (2010, p.42) afirma:

Dentro da grandeza impenetrável do meio geográfico, vive esse punhado de gente esmagado pelas forças da natureza, sem que se possa reagir contra os obstáculos opressores do meio, por falta de recursos técnicos, só alcançáveis com a formação de núcleos demográficos de bem mais acentuada densidade.

Analisando criticamente a citação do autor acima, é inquestionável de que aquela porção do território brasileiro, já vivia, 55 anos atrás em situação de desigualdade perante o restante do país, afinal, não possuíam meios para o desdobramento do seu sistema de objetos e sistema de ações. Mesmo que no caso da Região Amazônica o maior desafio sempre tenha sido as características físico-naturais do território amazônico, as bases materiais e tecnológicas nunca chegaram através do desenvolvimento de políticas públicas.

Em relação a Região do Nordeste Açucareiro, segunda área classificada como área de fome endêmica por Castro (2010), é onde melhor se torna possível notar a presença de marcas do colonialismo como responsáveis pela fome, logo, é onde também se percebe como os acúmulos de desigualdades, mesmo que 55 anos atrás, criaram uma verdadeira geografia histórica da fome e não uma geografia do subdesenvolvimento, como muitas abordagens de regionalizações do tipo econômica tem tratado.

Em palavras de Castro (2010, p. 97-98)

Descobrimos cedo que as terras do Nordeste se prestavam maravilhosamente ao cultivo da cana-de-açúcar, os colonizadores sacrificaram todas as outras possibilidades ao plantio exclusivo de cana. Aos interesses da sua monocultura intempestiva, destruindo quase que inteiramente o revestimento vivo [...] subvertendo por completo o equilíbrio ecológico da paisagem [...] degradando ao máximo, deste modo, os recursos alimentares da região.

A situação retratada pelo autor onde a monocultura de cana-de-açúcar era empregada de forma tão extensiva, foi a responsável por muito tempo pela ausência da diversidade alimentar da região do Nordeste açucareiro. Castro (2010, p. 96) ainda dirá que essa área do país contratava entre possibilidades geográficas e a extrema exiguidade dos recursos alimentares. A colonização e o sistema de plantation dos quais buscavam produção rápida para atender a demanda do continente europeu, realmente impossibilitaram a terra de sustentar outros tipos de colheita, isso porque o solo empobrecido pela cana-de-açúcar, carece de muitas vitaminas e minerais.

Ignorar e afirmar que essas não são as condições responsáveis pela fome endêmica nessa região e que certamente há uma relação desses fatores com os fatores que causam fome no nordeste atual é ignorar aqueles que viveram nessa região, desde o momento da ocupação desse território, somente as margens do espetáculo.

Tanto a região Amazônica quanto a região do nordeste açucareiro sofreram e ainda sofrem com as consequências dos ciclos econômicos do Brasil<sup>5</sup> que geraram devastação da vegetação nativa e corroboraram para a carnificina dos povos originários, mortos em nome de uma expansão ocupacional egocêntrica e mal planejada do qual resulta desde então em fome e pobreza para a população dessas áreas.

---

<sup>5</sup> Segundo historiadores, tais como Prado Jr (1945), o Brasil atravessou do período de 1500 até o momento inicial de sua industrialização em 1930, por ciclos econômicos, tais como o Ciclo do Pau-Brasil (1500-1530), o Ciclo do Açúcar (1600-1700), entre outros. Certamente, essa divisão em ciclos econômicos dos quais em determinados momentos da história a economia estava focada em produzir somente um tipo de insumo, corroborou para a ocupação desigual do país e para os demais processos de fome e desigualdade que estamos expondo.

O Nordeste ainda é a região que possui o agravante de ter sido palco para a primeira capital do Brasil, Salvador. Logo, o contraste entre possibilidades e exiguidade de recursos dos quais Castro (2010, p.96) cita é muito mais grave. Como demonstraremos mais adiante ainda nesse capítulo, a região nordestina é até hoje (mesmo após os processos de industrialização e após os diversos processos que geraram uma nova divisão interna do trabalho) a região do país que mais concentra Estados em situação de fome.

Por isso, tudo o que expomos sobre a colonização até agora são retratos da desigualdade do Brasil, independente de terem ocorrido no século XXI ou não, isso porque, se não considerarmos a história da ocupação do país, não fundamentaremos nenhuma discussão sobre o presente.

Há quem diga que a geografia deve concentrar seus esforços em recortes temporais mais recentes, mas, geógrafos tais como Milton Santos, por meio do fortalecimento de um método materialista-histórico-dialético, acreditam que a geografia também pode se apoiar na consulta a história. Logo, quando se fala em construção de uma espacialidade tal como o autor desenvolve em suas obras e aqui já expomos em outros momentos, é quase impossível ignorar a história do Brasil.

A realidade que aqui queremos expor tratar-se-á de uma realidade brasileira que não possibilita o desenrolar de um território para todos, isso porque as oportunidades que foram oferecidas para o crescimento de dada região em um determinado momento histórico, causou uma acumulação desigual de oportunidades e gerou até mesmo estigmas territoriais de brasileiros para outros brasileiros, e de atores hegemônicos externos para com o Brasil.

O Brasil é tão gigantesco que partes do seu território não conversam entre si se não através do idioma em comum. Destarte, a cultura alimentar (o consumo de pratos típicos e alimentos típicos, por exemplo) a cultura material (a música, a dança etc.) de regiões consideradas não desenvolvidas economicamente, tais como as que Castro (2010) expõe como regiões de fome endêmica, não conversam na maioria das vezes com a cultura alimentar e material do restante do país.

A colonização gerou marcas tão profundas que hoje não é possível falar sobre uma união do povo brasileiro. Mesmo no Brasil do século XXI, com a presença da globalização, essa é a triste realidade de um país imenso que não se reconhece dentro de si mesmo. Outro fator que pode ser responsável por essa ausência de reconhecimento é a forma com que as regiões, mesmo que interconectadas por redes de fluxos urbanos e comerciais estão divididas para que não dialoguem umas com as outras, a fim de que se possa defender um interesse de expansão em comum, ao invés de centralizado.

A globalização aproximou tanto as culturas que também foi capaz de as distanciar. Hoje é possível saber o que acontece no Nordeste e no Norte do país mesmo estando no Sudeste ou no Sul, mas, a influência econômica que uma região pode exercer sobre outra também perpetua espaços de apagamento de determinadas problemáticas.

Por um outro lado, há grupos sociais urbanos e rurais que lutam diariamente na reivindicação de suas pautas, na esperança de transformação e da construção de um território mais inclusivo. Contudo, o Estado, pressionado e/ou preocupado com as reivindicações econômicas internacionais, não destina, na maioria das vezes, seu olhar a esses movimentos sociais, oferecendo-lhes apoio.

Por isso, dizemos que há o palco e as margens do espetáculo, as regiões de fome endêmica e as pessoas que ali vivem quase nunca estão (se é que algum dia estiveram) em evidência quanto a suas problemáticas sociais, tais como a fome e a pobreza.

A fome é uma problemática multifacetada e de difícil mensuração, pois passa despercebida por aqueles que não a sentem (GUEDES, 2023, p. 930). De certo, a fome é uma criação humana, impalpável, intangível. Mas negá-la significa negar a existência de uma grande parcela da população brasileira. Definir o que é fome é uma tarefa árdua justamente porque, afinal, como seria possível definir uma sensação? Daí a importância de entendê-la a partir das categorias de análise da geografia.

Bases governamentais, tais como o IBGE carecem de mapas e de dados sobre a fome no século XXI, sendo possível obter informações sobre a problemática através de agências não governamentais como é o caso do REDE PENSSAN (2022)<sup>6</sup>. Ademais, realizando uma breve busca na ferramenta Google Acadêmico, no período que compreende a 1 de janeiro de 2025 a 05 de maio de 2025, 2.430 pesquisas possuíam em seu título ou palavra-chave a palavra insegurança alimentar, contra 2.300 pesquisas com o título ou palavra-chave que levasse a palavra fome. Isso demonstra que o número de pesquisas encontradas que utilizem o termo fome ao invés de insegurança alimentar é menor.

---

<sup>6</sup> Segundo o Estatuto da PENSSAN Art 1º, a Rede Brasileira de Pesquisa e Segurança Alimentar e Nutricional é uma organização de direito privada sem fins lucrativos. Entretanto, no site da Rede, a história de criação da Instituição gira entorno da instituição do Grupo Pró-Rede de Pesquisadores e Pesquisadoras em SAN, fator que foi previsto nas Conferências Nacionais de SAN e no Seminário de Pesquisa em SAN, realizado em dezembro de 2012, em Brasília, pelo então Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). Ademais, a Rede PENSSAN é responsável pela pesquisa mais completa e recente em termos de dados, mapas e informações (a contabilizar a partir da data de publicação deste trabalho) sobre a fome no Brasil.

Talvez essa carência no que tange a cobertura de informações sobre a fome esteja relacionado a algo que todos os países ao redor do globo experimentaram em algum momento de sua história: a negação de seus problemas sociais.

A negação pode se dar por diversos fatores, um deles é a manutenção de uma imagem que coloca a fome como um flagelo, uma espécie de fracasso. No século XXI, devido a série de acumulações de desigualdade dos quais aqui já tratamos, o sistema capitalista faz uso dos famintos para que ocorra a perpetuação de um modo de viver onde se separam os que podem consumir e os que não podem. Fazer essa distinção entre consumidores e não consumidores é quase a mesma coisa de dizer quem pode viver e quem não pode, já que possuem bem-estar e vivem com dignidade somente aqueles que compram alimentos, roupas, podem ser detentores de uma casa e encontram formas de ter acesso ao lazer.

Ademais, essa é a atualidade da Geografia da Fome de Castro (2010), o estudo do geógrafo não busca apagar a fome através de escalas de insegurança alimentar, optando pelo uso das palavras fome e subnutrição.

Embora Castro se baseie em dados quantitativos, se nota uma preocupação com a qualidade da relação entre as variáveis, não tampouco, ao compararmos o Mapa da Fome no Brasil de Castro e o Mapa da Fome do Brasil elaborado por nós e explicitado logo abaixo sob o título da figura 2, algumas semelhanças podem ser observadas.

É preciso ter muito cuidado ao falar de insegurança alimentar, porque ela também é fome e usá-la como sinônimo pode corroborar para o apagamento da problemática e/ou até mesmo colaborar para a perpetuação das mesmas regiões do país com a mesma população de famintos. Seria necessário então, que o IBGE, no momento da elaboração de dados, utilizasse outras escalas para medir a fome ao invés da escala de insegurança alimentar.<sup>7</sup> Classificar a insegurança alimentar de leve a grave fará com que as ações públicas se destinem somente a regiões de maior incidência da fome enquanto as demais passam a ser segundo plano, desta maneira, quando na verdade, era necessário pensar em uma política pública que interconectasse de maneira local ao todo, tal como foi o Projeto Fome Zero (2003)<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> Segundo o Ministério da Saúde Brasileiro (2023), a Escala Brasileira de Medida Domiciliar de Insegurança Alimentar (Ebia) é utilizada como medida direta da percepção da insegurança alimentar em nível domiciliar. A Ebia classifica os domicílios em quatro categorias: Segurança Alimentar, Insegurança Alimentar Leve, Insegurança Alimentar Moderada ou Insegurança Alimentar Grave.

<sup>8</sup> Aranha (2010, p.14) explicita que o esboço do que mais tarde seria o Fome Zero surge em 2003, a partir de um movimento de criação e fortalecimento do Consea (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional)

Segundo Kepple e Corrêa (2007, p. 188), ao tomarem como base a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan) (Lei no 11.346, de 15 de julho de 2006), explicitam que a segurança alimentar se define do seguinte modo:

Realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis.

Nesse sentido a insegurança alimentar, seria o contrário do exposto, ou seja, a ausência total/parcial e/ou a privação total/parcial de acesso a alimentação de qualidade. Assim sendo, o termo insegurança alimentar é uma nova roupagem para a fome, mas, essa fome do qual falamos é a mesma fome que Castro (2010) demonstrava, possuindo até mesmo as mesmas origens, embora com novas variáveis adicionadas.



maioria dos Estados que se enquadram nessa situação estão na região Nordeste e Norte do Brasil, sendo eles: Amazonas, Acre, Roraima, Pará, Amapá, Maranhão, Piauí, Ceará, Pernambuco, Alagoas e Sergipe.

Ao sobrepor o nosso mapa ao Mapa das Áreas Alimentares de Castro (2010), toda a área que Castro (2010) classifica ainda em 1970 como áreas de fome Endêmica permanece, em 2022, com níveis de fome acima dos 20% a 30%.

Para compararmos de forma mais honesta os dois mapas, seria mais correto trazer uma divisão em áreas no nosso Mapa, assim como feito por Castro (2010). No entanto, a cartografia elaborada por nós teve como base dados coletados por órgãos governamentais ou instituições privadas, como foi o caso com o IBGE e a Rede Penssan.

Ademais, embora não concordemos totalmente com o termo insegurança alimentar, visto em que em boa parte do tempo essas escalas de grau de incidência são capazes de corroborar para a desigualdade no que tange a efetivação de políticas públicas que não sejam somente focais (mas, sim, totalizantes) em nosso mapa, acabamos por intitulá-lo com o termo insegurança alimentar, isso porque, infelizmente, ao falarmos de fome, ele é o termo mais amplamente aceito no que tange aos conceitos técnicos dentro da comunidade acadêmica ao qual fazemos parte.

Para corroborar essa ideia, em trabalhos mais recentes, podemos citar a mesma estratégia sendo empregada com o Atlas dos Sistemas Alimentares do Cone Sul (Lizarraga; Pereira Filho, 2024), afinal, mesmo a pesquisa tendo sido de caráter colaborativo, pois, foi escrita por pesquisadores, jornalistas e agricultores ligados a movimentos populares, para que pudesse ser exposto os malefícios dos sistemas alimentares latino-americanos ligados ao agronegócio, o termo insegurança alimentar precisou ser associado a fome. O Atlas em questão é riquíssimo e justamente por seu caráter colaborativo, implica dizer que é uma das poucas publicações recentes que realmente oferece voz a parcela da população que vive as margens do espetáculo.

Ademais, mesmo tratando de situações que abrangem o continente latino-americano como um todo ao invés de focalizar-se somente no Brasil, algumas passagens da publicação em questão indicam que a causa da insegurança alimentar para além das acumulações de desigualdade passadas e mais recentes tratar-se-á da fase em que sistema capitalista como um todo encontra-se (ou a fase em que supostamente está se desenvolvendo) isso porque o modelo de sistema alimentar ligado ao agronegócio é insuficiente para alimentar a população vivendo no continente.

Mais em específico, em palavras extraídas do Atlas:

Embora cada país viva esses momentos de crise de maneira particular, devido a seus próprios contextos sociais e políticos, todos compartilham um mesmo fenômeno: o aumento da insegurança alimentar é a comprovação cotidiana de que esse modelo é incapaz de responder às necessidades da maior parte da população (Lizarraga; Pereira Filho, 2024, p. 20).

Podemos trazer essa passagem acerca dos sistemas alimentares da América-Latina para o contexto do século XXI no Brasil, quando Castro (2010) ao cartografar a fim de analisar quantitativamente as deficiências alimentares nas regiões brasileiras já em 1970, nos forneceu base para entender através da interpretação de seu mapa nos dias de hoje que a monocultura, herança da colonização, pode ter sido responsável pelo desenvolvimento e fortalecimento das potencialidades de um modelo agroexportador, já no século passado.

Para comparar, associar e fortalecer nosso pensamento sobre essa questão, dizemos que, no momento de escrita desse Trabalho de Conclusão de Curso, de acordo com Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), o Brasil, é no século XXI, a segunda maior nação a nível mundial que exporta produtos agropecuários, como, milho, soja e outros grãos. Logo, esse tipo de sistema alimentar agroexportador não se fortalece e atinge esses números da noite para o dia se não houvesse, no modelo de sistema alimentar anterior (o da monocultura), uma potencialidade para tal.

Ao analisarmos as manchetes de jornais televisionados, impressos ou online, ao procurarmos sobre o agronegócio, não é tarefa difícil encontrar os números grotescos sobre a exportação. Essas manchetes noticiando os feitos do agronegócio, colaboram para o fortalecimento de um senso comum de que o governo há de investir mesmo nesse tipo de sistema alimentar, porque a fatia que compreende a essa atividade no PIB – Produto Interno Bruto é gigantesca, logo, é no agronegócio que a esperança de modernização, industrialização e demais outras promessas de abundância encontra-se (abundância para quem?).

Outrossim, por falar nessa suposta modernização, ao relacionarmos isso a desigualdade territorial, observando o Mapa 2, de nossa elaboração, é muito claro que as regiões onde há uma menor taxa de fome, são também as que maior concentram fluxos de dinheiro e capital, principalmente se considerarmos "esse tal" Produto Interno Bruto — PIB esse que nada colabora se não para demonstrar a nossa visão sobre as cenas de desigualdade do século XXI, já que nada que relacione-se ao cálculo do PIB considera diretamente sequer nenhum índice de modernização, tecnologia ou afins —. O que pode ter ocorrido com essas áreas com menor índice de fome, poderá ter relação direta com o processo de urbanização, já que ele supostamente foi responsável por recriar os modos de vida da população brasileira, que antes possuía hábitos alimentares ligados ao tradicionalismo do campo, a isto posto, a urbanização

acaba possibilitando a compra de produtos mais industrializados e de hábitos alimentares pobres em nutrientes, já que a vida no urbano destes últimos 25 anos, em razão da globalização e dessa sensação de aproximação dos lugares, é vivida rapidamente.

Assim sendo, os seres humanos, devido a reestruturação produtiva do capital e do trabalho bem como devido ao aparecimento das novas formas desse último, passam mais tempo fora de seu lugar de habitar e a gestão da vida torna-se mais complicada, não há tempo para alimentar-se, então, a indústria aproveita-se disso.

Para atender essas novas demandas da vida no território globalizado do século XXI, uma ampla gama de tipos de produtos alimentícios é fabricada pelo capitalismo tais como os ultraprocessados e juntamente a isso, a sedução pelo consumo desses produtos alimentícios aumenta, por serem de fácil e rápido preparo, além de serem mais baratos.

Em segunda instância, ao compararmos o que observamos no Mapa 2 com o evidenciado no Mapa 1, o de Castro (2010), essas são as mesmas partes do território brasileiro onde também no século passado, a fome estava relacionada a desnutrição, ou seja, parte dos Estados onde isso ocorre até os dias de hoje encontram-se na região Sul e Sudeste do país, (importando salientar que o Sudeste do Brasil é a porção do território onde concentram-se as maiores malhas urbanas da América Latina no século XXI). Assim sendo, ao buscar uma definição de desnutrição que corrobore para o entendimento da fome no Brasil do século XXI, encontramos os escritos de Monte (2000, p. 288):

A desnutrição infantil é uma doença de origem multi-causal e complexa que tem suas raízes na pobreza. Ocorre quando o organismo não recebe os nutrientes necessários para o seu metabolismo fisiológico, devido à falta de aporte ou problema na utilização do que lhe é ofertado. Assim sendo, na maioria dos casos, a desnutrição é o resultado de uma ingestão insuficiente, ou fome, e de doenças.

A definição de desnutrição que foi levantada pelo autor nos ajuda a entender a relação da fome e de uma dieta baseada em produtos industrializados, típico do contexto urbano. A ausência de nutrientes na maioria dos produtos industriais explica então a fome no Sul e Sudeste do Brasil. Usando de base Castro (2010) e trazendo sua análise considerando as novas variáveis do século XXI, no momento de escrita da obra Geografia da Fome na década de 70, o Brasil ainda possuía uma industrialização inacabada (se é que atualmente, se pode falar que esteja acabada). Logo, o modelo dessa industrialização que se constrói desde o século passado também pode ser um dos motivos das diferenças e desigualdades regionais vigentes no território brasileiro dos últimos 25 anos. Para colaborar com a discussão, Lefebvre (1991, p.18) expõe o seguinte pensamento acerca do tecido urbano das cidades modernas:

Examinemos agora o tecido urbano. Esta metáfora não é muito clara. Mais do que um tecido jogado sobre o território, essas palavras designam uma espécie de proliferação biológica e uma espécie de rede de malhas desiguais que deixam escapar setores mais ou menos amplos: lugarejos ou aldeias, regiões inteiras.

Ao interpretar os escritos do autor ao expor que há mais ou menos redes de malhas desiguais, fica evidente que os processos de urbanização e de expansão do tecido urbano tem relação com a desigualdade e com os processos de diferenciação do espaço. Sendo esse último um dos tipos de desigualdade que aqui tratamos (ver gráfico 1) e admitindo que desigualdade e fome não se dissociam, a realidade urbana brasileira de redes de malhas desiguais causa desnutrição e conseqüentemente, a fome em territórios como o Sul e Sudeste do país, isso porque será nesses territórios onde o consumo e a difusão de hábitos alimentares em dietas com base em produtos industrializados, ocorrerá.

Lefebvre (1991, p.18) falará ainda que a industrialização gerou um processo de implosão-explosão das cidades, desta forma, aquilo que constituía a cidade antiga já não mais constitui a cidade moderna, e tampouco na atualidade, constituirá a cidade globalizada.

Ao trazermos à tona a importância da industrialização para os processos atuais de constituição do espaço e do urbano tomando como base o autor acima, a hipótese de que a fome aparece com ‘‘cara’’ de desnutrição nas porções Sul e Sudeste, territórios urbanizados e expostos no Mapa de Castro (2010) e no nosso Mapa de elaboração própria (2025) não é tão distante, afinal, relacionado isso ao que o próprio Lefebvre (1991, p.18) falará sobre os antigos gêneros de vida caírem no folclore, ou seja, a forma de viver, de transformar a matéria-prima, de lidar com a natureza criando novas técnicas, modifica-se com a industrialização, porque novas necessidades (em especial as alimentares) surgem devido a nova configuração do espaço, ou melhor dizendo, devido a expansão da cidade e do tecido urbano.

Assim, para finalizar, recapitulamos: A fome não é um dilema novo no território brasileiro e é uma ilusão pensar que ela é culpa totalmente do sistema de sociedade em que atualmente se vive no século XXI, mesmo que a parcela maior da problemática esteja a cargo deste sistema que se alimenta das desigualdades de acesso e da diferenciação do espaço. Essa última por não poder ser contida, necessita de mais atenção, isso porque a desigualdade de acesso também se relaciona a concentração e desconcentração de objetos, técnicas e outros, num mundo dito globalizado. Logo, a fome é fruto de um acúmulo de fatores de desigualdade e deve ser analisada dessa forma. Repensar o sistema de objetos e o sistema de ações deste mundo supostamente moderno é um dos caminhos, logo, repensar a relação cidade e o campo

também, porque essa relação impacta diretamente nos modelos alimentares e no consumo e acesso a alimentação.

Mas, em suma, para combater a fome, há de se necessitar a sua identificação e no seu sentido mais amplo, há de se criar uma identidade coletiva sobre o território, para que as vozes em cena possam ser ouvidas.

O Brasil é um país latino-americano desigual e em seu cerne, está a fome. Como demonstrado por Castro (2010), uma das razões para que a problemática esteja ainda imperando sobre o território brasileiro é o processo econômico colonial que permitiu que o espaço geográfico fosse por muito tempo moldado com base na monocultura e no esgotamento da terra. Quando as cidades brasileiras se ampliaram e divisão do território em regiões para que fosse possível reger o processo de industrialização ocorre, já estava instaurado quais seriam as partes do território que receberiam toda essa carga de novas informações.

A colonização ocupou o litoral do país, devastando e saqueando reservas naturais a mesma medida em que matava os povos originários, então, seria muita coincidência que hoje, essas mesmas áreas onde o projeto de colonização iniciou-se, fosse as áreas mais urbanizadas e onde há subnutrição. Seria também muita coincidência que o Nordeste do país não sofresse com fome em elevadas porcentagens (Como demonstramos no Mapa 2) se desde que a industrialização e por conseguinte a urbanização se concretiza com maior força na região Sudeste, o Nordeste para de receber incentivos para crescer, afinal, o que haveria ali se os colonizadores já esgotaram a terra e levaram toda a nossa gente ao cansaço extremo? Fome, desamparo e pobreza, com certeza.

Ali e no Norte do Brasil, a fome é o maior dos espetáculos com a maior das margens deste, porque aqueles brasileiros sofreram duas, três, quatro.....mil vezes e continuam a resistir. Os bens e serviços que a globalização pode oferecer para essas duas áreas, nesta porção do território não chegam e o bem-estar social passa a ser comprometido (se é que neste país ele existe). Mas eles estão ali, o Mapa 2 os representa e seus gritos ecoam na análise desta monografia e de cima desse palco que chamamos território.

Assim sendo, o que se vê não é uma nova geografia da fome, é um estágio avançado de uma proposta de Brasil que os colonizadores teceram a milhares de séculos atrás, um ciclo de desigualdade que precisa ser quebrado. O processo de industrialização e de ampliação das cidades foi uma segunda chance para essas regiões que já tanto sofreram e resistem, mas, infelizmente o sistema de ações governamentais ainda não encontrou uma forma de combater a fome em Estados do Norte e Nordeste do Brasil. Assim como a industrialização também poderia ter criado espaços urbanos mais igualitários, contudo a fome sobre comando dos desejos

e vontades do capitalismo que promete matá-la (mas, a engorda em calorias vazias), aparece com cara de subnutrição.

O capitalismo não é nada se não uma deturpação dos valores coloniais, a fim de novamente, controlar a vida das pessoas, ditando quem vive ou quem não vive com base em valores de importância que somente uma determinada parcela de pessoas institui. Com isso, as cenas deste espetáculo vão começando a partir para o seu ato final e os espectadores e atores em cena<sup>9</sup>, ainda aguardam ansiosamente para que os homens de terno e pompa os escutem e os alimentem. E olha só! Esse tal capitalismo é tão bonzinho que levou os homens de terno e pompa a criarem meios para que os famintos dos atores-espectadores pudessem ter a falsa sensação de poder gritar, de poder se libertar, de estarem em cena. Se os homens de *jeans* não têm como comprar alimento, vamos oferecer a eles oportunidade de ganhá-los em troca de sua força produtiva. E a isso, chamaremos de trabalho.

Em conclusão: Os famintos homens de *jeans* se tornaram os famintos homens de *jeans* chamados trabalhadores. Mas, e se o dinheiro do trabalho não for suficiente, os homens de *jeans*, então, não comem e não dormem? Sim, porque não importa o salário se ele é insuficiente com as promessas que a vida traz e agora, eles serão famintos homens de *jeans* e pobres e aparentemente tudo o que os homens de terno podem fazer sobre isso é exclamar em alto e bom som: Que pobre dos pobres!

---

<sup>9</sup> Para uma revisão do entendimento da metáfora, retomar os primeiros parágrafos do capítulo 1 desta monografia, intitulado como: As cenas do século XXI são de um território subdesenvolvido?

#### 4. CAPÍTULOS DE REPRESENTAÇÃO: A REPRODUÇÃO DA POBREZA E DA FOME NO URBANO BRASILEIRO.

*Maria, Maria é o som, é a cor, é o suor  
É a dose mais forte e lenta  
De uma gente que ri quando deve chorar  
E não vive, apenas aguenta*

**Milton Nascimento**

São seis horas da manhã em alguma cidade grande do Brasil, o nome dessa cidade, pouco importa, a dinâmica urbana é igualmente devastadora em centros urbanos pertencentes a magnitude da nossa urbanização em horários como esse. A jornada de conflitos e dificuldades começa ao arrumar os filhos para ir à escola. Ao abrir o armário da cozinha, Maria se depara com um pacote de bolachas. Ao abrir a geladeira, somente um pouco de leite. Ao servir essa comida as crianças, sorrindo enquanto conversa com seus filhos e os anima para mais um dia de aula, essa mãe somente consegue pensar no quanto deverá ser forte para poder levá-los ao portão da instituição para logo após, tomar cerca de 3 ônibus lotados a fim de chegar as oito horas da manhã em seu trabalho.

Maria necessita fazer isso para poder comprar comida, essa que por sua vez, já está pouca. Bolacha e leite não manterá as crianças até o horário do recreio da escola sem que seus estômagos ronquem. Mas, mesmo assim ela oferece todo o pacote e todo o leite que tem a eles e segue sua jornada diária sem nada no estômago. Prefere dar de comer a eles do que para si própria. Ela já está acostumada. como recorda o intérprete Milton Nascimento na música em que abre esse capítulo, Maria faz parte de uma gente que não vive, apenas aguenta. Ela suporta o roncar de sua barriga, as crianças ainda não.

Por isso, o quinto dia útil do mês logo chegará e se ela faltar apenas um dia sequer do seu serviço sem dar justificativas a sua patroa na casa de família onde trabalha, 80, 90...100 ou mais reais serão descontados do pagamento final, o que fará com que a compra do mês seja ainda menor do que o esperado. Se isso ocorre, nem pouca bolacha e nem pouco leite poderá ser servido pela manhã.

Os famintos homens de jeans agora são as mães Marias com seus jeans rasgados caminhando na parada de ônibus rumo ao seu trabalho, em busca de alimento. E dia após dia a mesma rotina acontece e mesmo estando ali todos os dias lutando pelo pouco, Maria ao ir ao mercado da esquina de sua casa após ter recebido seu salário, se sente devastada. As crianças

querem comer doces e guloseimas, querem comer macarrão, carne, feijão e arroz. Os colegas de escola não parecem ter tanta fome como eles, sempre estão por aí dizendo que suas mães compram as coisas enquanto Maria ainda tem que comprar o gás e pensar que a "mistura" não vai durar até o próximo quinto dia útil.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ao realizar a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2022) demonstrou que existem 72% de mulheres negras ou pardas como Maria no Brasil com filhos de até 14 anos que são mães solo. Em segunda instância, dentro deste grupo, 22,6% estão na extrema pobreza. Entretanto, não se pode afirmar com toda certeza que dentro desse grupo de mães vivendo na extrema pobreza, todas estejam em situação de fome porque a PNAD Contínua de 2022 não associa essas duas variáveis, contudo pode-se supor que essas mães pretas e pardas sejam vulneráveis a fome, pois, não possuem renda suficiente para adquirir alimentos. Rocha e Albuquerque (2004, p. 66) concordam com nossa afirmativa ao dizer que:

Poder-se-ia, contudo, dizer que o expressivo contingente de brasileiros de renda tão baixa [...] – as pessoas em situação de pobreza extrema – estaria sob risco de fome: no sentido de ser mais vulnerável a condições de subalimentação; ou de ter mais probabilidade de viver em estado de insegurança alimentar. Sendo, pois, nessas condições – de vulnerabilidade nutricional e de insegurança alimentar – que a pobreza extrema pode ser considerada [...]

Existem diversas linhas que permitem a identificação da pobreza no Brasil, mas, a mais adotada pelo país em 2025, no momento da escrita desse trabalho, é a que é estabelecida pelo Banco Mundial. Segundo o IBGE (2023) mesmo instituto que nos aponta os números sobre as mães solo dando cara e gênero a pobreza, quantitativamente, pobres são aqueles que possuem renda per capita menor ou equivalente a US\$ 2,15 por dia, ou seja, R\$ 209 por mês.

Contudo, a partir do que é dito no que tange a realidade exposta no início do capítulo sobre as mães Marias, sua situação pode não ser necessariamente de extrema pobreza (lembrando que 22,6% dos 72% de mães solo são, mas, vamos considerar nesse raciocínio os 49,4% que não são), contudo, o salário-mínimo também é na maioria das vezes, insuficiente para a satisfação das necessidades dos brasileiros, o que pode vir a caracterizar pobreza e por consequência, a fome.

Há uma linha muito fina e quase invisível entre miseráveis e pobres. Uns tem quase nada e outros, nada. Uns comem dia sim dia não, outros nunca podem comer. O que queremos apontar é que a diferença quantitativa não faz a sensação de fome ou a sensação de querer comer e não poder adquirir alimentos ser diferente em ambas as situações.

Não há formas de relativizar a pobreza e a fome, pensar em linhas de pobreza ou linhas de fome pode servir para o fortalecimento de políticas públicas em países colonialistas, mas, as políticas públicas no caso de países-latino-americanos também têm sido insuficientes, justamente porque não entendem a fome como consequência da pobreza e da desigualdade social e se entendem, o fazem de forma rasa. Logo, o problema do termo extrema pobreza é o mesmo problema do termo insegurança alimentar que expomos no capítulo anterior. Escalas de fome e de pobreza podem servir para contextos de outros países se não o Brasil, mas, em nosso caso, se o propósito dessas linhas de pobreza e de fome é combater a desigualdade social, isso não tem acontecido.

Como exemplo de política pública de combate à fome e a pobreza vigente em quase todo o período que compreende ao século XXI no Brasil<sup>10</sup> e plausível de análise para a fundamentação de nossa linha de pensamento falar sobre o Programa Bolsa Família que teve seu lançamento no ano de 2003, durante o primeiro mandato do atual Presidente da República, Lula da Silva. A Agência Gov (2023) alerta que o Programa Bolsa Família estava ligado no momento de sua criação ao então Projeto Fome Zero, esse que por sua vez, estava segundo Aranha (2010, p.1) estruturado em 4 principais eixos, sendo eles: (I) acesso aos alimentos; (II) fortalecimento da agricultura familiar; (III) geração de renda; (IV) articulação, mobilização e controle social.

O Fome Zero foi extinto ainda em 2003 e esses eixos estruturantes transformam-se de maneira a ser condensados e o Bolsa Família passa a ser o programa de assistência considerado “carro chefe” do Brasil. Assim sendo, segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (2023) “O primeiro pagamento do Bolsa Família foi realizado em outubro de 2003 e contemplou 1,15 milhão de famílias a partir do repasse de R\$ 84,74 milhões. Cada família recebeu, em média, R\$ 73,67”.

Os primeiros frutos efetivos do Bolsa Família passaram a ser colhidos somente 11 anos após o lançamento oficial do Programa, ou seja, no ano de 2014, quando a ONU e a FAO (2014) retiraram oficialmente o Brasil do Mapa da Fome Mundial, mesmo Mapa da Fome esse que segundo a Secretaria de Comunicação Social (2024) em 2021, o Brasil já fazia parte novamente.

---

<sup>10</sup> Dizemos que o Programa Bolsa Família esteve vigente por quase os últimos 25 anos deste século porque segundo a Conversão da Medida Provisória nº 1.061, de 2021 (Constituição de 1988 da República Federativa do Brasil), o Programa foi substituído, durante o Governo Jair Bolsonaro (2018-2022) pelo programa Auxílio Brasil e Alimenta Brasil. Entretanto isso não durou muito, pois, dois anos após essa medida, o programa retorna aos seus moldes originais vide Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023 (Constituição de 1988 da República Federativa do Brasil).

Algo aconteceu entre 2014 e 2021 que motivou o aumento da fome e certamente não está relacionado somente a pandemia de COVID-19 que iniciou no ano de 2020.

Quando dizemos que o combate à desigualdade, a pobreza e a fome não têm ocorrido de forma efetiva e quando dizemos que as formas de enxergar essas problemáticas de maneira interligada impacta diretamente nas políticas públicas, é sobre essas idas e vindas, ou melhor dizendo, é sobre essa ausência de estabilidade nos índices que demonstram a condição de vulnerabilidade em que a população brasileira se encontra ao qual estamos tentando falar e a qual nos preocupa enquanto geógrafos e pesquisadores.

Os números do Bolsa Família são maravilhosos. Segundo a Secretaria de Comunicação Social (2024), o Programa alcançou a marca de 54 milhões de pessoas assistidas em 2024, sendo deste número 25 milhões de crianças e adolescentes de zero até 18 anos. O repasse mínimo a cada beneficiário gira em torno de R\$ 681,22. 54 milhões de pessoas são um número exorbitante de assistidos se compararmos com o 1,15 milhão de famílias em 2003, quando o programa foi lançado. Mas, R\$ 681,22 de repasse médio ainda é uma quantia insuficiente para viver no território brasileiro enquanto ser necessitado de bem-estar social, ser esse que é obrigado a consumir para existir. É uma quantia muito maior do que os R\$ 73,66 oferecidos em 2003 pelo mesmo programa, mas, é um valor incompatível com o custo de vida em países desiguais como o Brasil no século XXI.

Não há ninguém nesse país que diga que esse programa não mudou a condição de muitos brasileiros de 2003 até a atualidade. Não há quem diga também que o desmonte dessa principal política pública vide Conversão da Medida Provisória nº 1.061, de 2021, instaurada por Jair Bolsonaro em 2021 não tenha corroborado para o aumento da fome, da pobreza e da desigualdade e que o retorno do Bolsa Família (vide Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023) não tem colaborado para a contenção das problemáticas agora, em 2025. Não tampouco, segundo a Secretaria de Comunicação Social (2024), em 2023, a população pobre saiu de 67,7 milhões para 59 milhões.

O que queremos dizer é que, nos últimos 25 anos, políticas públicas tais como o Bolsa Família demonstraram em números ser possível exilar a fome e a pobreza ao mesmo tempo em que a desigualdade diminui. Entretanto, talvez uma única política de eficácia seja insuficiente para resolver as vulnerabilidades de um país com 212 milhões de habitantes (IBGE, 2024).

O Fome Zero como programa piloto, ao nosso ver era uma excelente política pública e a única razão para que tenha sido extinto e transformado no Bolsa Família tratar-se-á da capitalização. Para o Estado manter uma política pública orquestrada em 4 eixos interligados, muito dinheiro era necessário. Mas, como pensar em assistencialismo sem que se forneça os

meios para que as pessoas tenham um salário digno? O assistencialismo não pode vir isolado de políticas de fortalecimento ao trabalho, assim como previa o Fome Zero ao propor o eixo sobre geração de renda, contudo, isso nunca aconteceu, por isso, consideramos que o Bolsa Família pretende resolver a problemática da fome, da desigualdade e da pobreza sem oferecer meios para isso, acabando por esvair o ato de assistenciar. A fome pode até ser parcialmente contida com R\$ 681,22, entretanto, a pobreza não. Justamente porque se trata de desigualdade e não somente de fome ou de pobreza, essas duas últimas, são consequência de uma desigualdade (não só da desigualdade territorial que expomos na primeira parte dessa monografia), mas, da desigualdade social.

As cenas deste capítulo ao contrário das outras cenas de conflito, são as cenas dessa desigualdade social. Logo, aqui, tratar-se-á diretamente do indivíduo que ocupa o território e o molda como pode (...ou como não pode) e não das formas socioespaciais que se criam graças a essa ocupação. Agora, não é só sobre o estudo do espaço.... é sobre o estudo das pessoas, desse território usado. Tanta riqueza de um lado e tanta pobreza de outro. Os pobres tiveram de ser divididos entre mais ou menos pobres enquanto os ricos, continuam a ser só ricos.

Santos (2024, p.78) ao falar sobre pobreza, identifica que as explicações/descrições sobre o termo podem ser divididas em três grupos principais, sendo elas: 1) as que evitam o problema da pobreza; 2) As que abordam o problema da pobreza parcialmente, 3) As que procuram dar uma interpretação completa da pobreza. No século XXI as explicações do tipo 1 tem sido superadas e tem dado bastante lugar ao segundo tipo de descrição. Contudo, dificilmente as explicações tais como as do grupo três aparecem em associação ao campo das políticas públicas, o que ao nosso ver, seria a explicação mais correta sobre a pobreza e a que permite associação desta com a fome e a desigualdade.

No meio desse mar de conflitos e dificuldades de conceituação (e de aceitação sobre a situação problema) perdida está Maria e seus filhos esperando que algum homem de terno diga a ela o quão pobre ela é, a depender do mês, a depender se ficou doente ou não, a depender se ficou sem comida um dia ou outro, ou todos os 30 dias de maio, por exemplo.

Santos (2024, p.78) ainda dirá que a pobreza pode ser considerada uma etapa necessária a mobilidade ascendente, se considerado que a sociedade está dividida em classes sociais. Mas, há um contraponto muito importante para dialogarmos com essa percepção. Intrínseco a esse pensamento, há de entender que a meritocracia também atrapalha o desenvolvimento de políticas públicas, porque nem sempre elas estarão direcionadas a criação de meios para que essas pessoas ascenderem na sociedade, acabando por as culpabilizar pelo seu próprio fracasso.

Vamos pensar nessa situação colocando a realidade das diversas Marias ao redor do Brasil. Maria recebe Bolsa Família que os homens de terno disseram a ela que é seu direito como cidadã, esse bolsa família ajuda comprar comida e fora o seu emprego como doméstica. Mas, como estamos expondo desde parágrafos anteriores, ao analisarmos brevemente a proposta do Bolsa Família aos moldes de um programa de transferência de renda, ele não permite que Maria deixe de ser pobre, mas permite que o leite e a bolacha das crianças sejam mais fartos, logo, esse dinheiro, para Maria, serve como um complemento de renda. Mas, seu salário continua a ser incompatível com seus gastos enquanto mãe solo.

Para impedir que as crianças andem descalças por aí, que o teto caia sobre a sua cabeça e deles (ou que tenha um teto para cair), que o gás para cozinhar venha todo mês, ela arriscou em uma segunda ocupação. Nas horas em que não está na casa da família, limpando, cozinhando e cuidando dos filhos da patroa, está produzindo doces para vender na rua porque disseram a ela que os pobres só poderiam vencer na vida se agarrassem a chance de empreender em si mesmos. Os homens de terno difundiram essa ideia aos pobres para eximir-se da responsabilidade de lidar com os malefícios da enorme concentração de renda que detém, já que esses são os atores responsáveis por tornar o território um território onde nem todos podem existir.

Mas, a depender do dia, Maria não consegue vender quaisquer doces que seja. Isso a faz sentir-se mal, como se estivesse falhando em sua missão de sustentar seus filhos, sendo que ela está a todo tempo trabalhando por eles, sonhando em vencer na vida...para trabalhar menos e ganhar mais, sem depender do Bolsa Família para pôr leite e bolachas na mesa.

Maria acabou sendo vítima dessas novas formas de rearranjo e organização territorial que ampliam ainda mais a ideia de que o território é um espetáculo onde poucos são chamados a estar em cena, por isso, precisam a todo tempo tentar ser os protagonistas de suas próprias vidas, porque sem isso, não sobrevivem.

Santos (2006) e mais recentemente Silveira (2022) explicitam que a economia, em especial a economia urbana está dividida em dois circuitos, o inferior e o superior. Em palavras de Santos (2006, p. 323), o autor afirma que:

Há de um lado, uma economia explicitamente globalizada, produzida de cima e um setor produzido de baixo, que, nos países pobres é um setor popular e, nos países ricos, inclui os setores desprivilegiados da sociedade, incluindo os imigrantes. Cada qual é responsável pela instalação, dentro das cidades, de divisões de trabalho típicas. Em todos os casos, a cidade é um grande sistema, produto da superposição de subsistemas diversos de cooperação.

O geógrafo nos dá a entender com base na citação acima de que um circuito da economia dependerá de outro para existir e para organizar o mundo do trabalho, fator que será confirmado por Silveira (2022, p 31) quando a autora afirma que um circuito se encontra em laços de complementariedade com o outro. Logo, se entende de onde advém a necessidade dos homens de terno de culpabilizar as Marias pelo seu próprio fracasso, incentivando-as a empreender. É uma forma de fazer a manutenção dessas relações trabalhistas e com isso, realizar o espraiamento do circuito inferior da economia.

Certamente, o urbano moderno não funciona sem que a economia seja dividida dessa forma, porque o sistema capitalista, alimentado pela ideia de classes, jamais permitiria que as relações trabalhistas estivessem em patamar de igualdade e assim fossem organizadas. Entretanto, a problemática vai muito além disso, queremos transformar o sistema capitalista e não acreditamos que isso seja uma utopia, entretanto, num mundo que vende a ideia de globalização e de modernidade, os que encontram-se vivendo dentro de territórios desiguais como o Brasil, serão os responsáveis por cultivar formas de vender sua força de trabalho participando do circuito inferior da economia, porque do circuito superior são impedidos de adentrar ativamente. É nessa parcela da sociedade que se (re)produzirá a pobreza, a fome e a desigualdade e geralmente, é pelas mãos dessa parcela de trabalhadores que novas formas socioespaciais enriquecerão o território e compartimentarão o espaço.

Aparecem essas formas, porque, há uma tentativa dos pobres em resolver sozinhos, seus dilemas sociais. Como bem nos lembra (Santos, 2006, p.322) ‘‘ Nos tempos de hoje, a cidade grande é o espaço onde os fracos podem subsistir’’. Por exemplo, Maria, para tentar aumentar sua renda, encontra a alternativa de vender doces na rua, como forma de suprir suas necessidades básicas de existência e de seus filhos no meio urbano. Mas, a venda de doces é um trabalho informal e, portanto, tem relação com o circuito inferior da economia.

Ao mesmo tempo em que os fracos encontram um território para subsistir, território esse urbano, é a cidade moderna e o urbano que também tornam os pobres cada vez mais pobres. Santos (2023, p.62-63) dirá que os dois circuitos da economia urbana coexistem e dependem um do outro porque estão utilizando de base as mesmas leis do capitalismo, entretanto, o autor ainda lembra que o circuito inferior está subordinado ao superior, esse último, estando em posição dominante.

Levando tudo isso em consideração e entendendo que o circuito inferior da economia está criando formas espaciais/territoriais que acompanham novos arranjos no mundo do trabalho a fim de suprir as necessidades não somente no que diz respeito a fome, entende-se que a pobreza vai muito além do ato de não comer. É sobre não poder ter as mesmas coisas, as

mesmas oportunidades, é sobre o homem não poder ter direito de adquirir nenhuma das bem-feitorias do seu próprio trabalho, não podendo viver com conforto, estando todo tempo se sentindo ameaçado de perder o pouco que tem ou esse pouco ser insuficiente para suprir suas necessidades enquanto ser vivo.

A fome, a pobreza e a desigualdade se relacionam justamente por isso. Devido a isso, geralmente, a fome e a pobreza acompanham dificuldades de acesso à saúde, educação e moradia. A alimentação é uma necessidade humana, assim como um teto para viver é uma necessidade humana, saúde e educação de qualidade também. No senso comum, aqueles que não possuem nada disso, ou seja, não possuem acesso a esses bens básicos de consumo, é porque não trabalham, é porque são marginais, mas, a situação em países desiguais não é tão simplista assim. O circuito inferior aumenta dia após dia, a precarização do trabalho nem se fale! Hoje é possível identificar em países como o Brasil, a chamada economia de viração<sup>11</sup>.

Quanto mais pessoas ganhando aquilo que não é suficiente para viver, maior é o instinto de sobrevivência e mais complexificado se torna as vulnerabilidades sociais e conseqüentemente, o mundo do trabalho. A uma rede emaranhada de tipos de trabalho informais, vários brasileiros dia após dia se sujeitam a condições não dignas para levar poucos reais para casa. O Bolsa Família pode ser eficaz como forma de assistencialismo, mas, os números também não mentem: Ainda há muitos pobres e muitos territórios de precarização em um país que é produtor de riquezas como este.

A chave de relação entre a pobreza, a fome e a desigualdade é a palavra acesso, portanto assim explicaremos contrapondo argumentos clássicos sobre a temática: Ao decorrer dessa nossa pesquisa, nos deparamos com alguns autores como Adas (2000) que apontavam que a explosão demográfica era a razão da fome, culpabilizando o crescimento das cidades e as altas taxas de natalidade em países desiguais. Ao nosso ver, não se trata do aumento da população no século XX e XXI, se trata de como os recursos têm sido empregados e como as pessoas têm usufruído do acesso a eles (ou melhor, se trata de quem usufrui e porque usufrui).

Em momentos anteriores deste capítulo, já demonstramos ao falar dos números de exportação de alimentos que argumentos sobre a explosão demográfica e sobre a baixa capacidade de produção não possuem relação com a fome (porque o Brasil produz mais que o suficiente para alimentar sua população e ainda consegue exportar comida). Sobre o

---

<sup>11</sup> Um dos significados do termo economia de viração é utilizado por pensadores como Canetti (2023, p. 3) para designar o surgimento de novos postos de trabalho ligados a informalidade que são capazes de criar uma economia pautada na superexploração da força de trabalho. Em palavras do autor: "[...] Não é nenhuma surpresa perceber que essa viração é algo constitutivo da reprodução ampliada da classe trabalhadora"

crescimento das cidades, o êxodo rural foi consequência da oferta de empregos. Uma vez essas vagas preenchidas, um excedente de força de trabalho no ambiente urbano ocorreu, o que fez com que a massa empobrecida crescesse. Havia muita gente para poucos postos de trabalho.

É neste mesmo bojo histórico em que ocorre a passagem de um momento lócus ao qual as relações de produção eram manufatureiras, fechadas em pequenos ciclos, para a passagem de um momento em que tudo está supostamente interligado, o que certamente contribuiu para o aparecimento de diversas desigualdades territoriais e sociais que tratamos nessa monografia. Se os modos de produção se transformam, o capitalismo expande, as técnicas desenvolvem-se e as bases materiais para um processo de globalização passam a estar, assim, dadas.

Assumindo que onde há desigualdade há fome e pobreza, não foi o processo de aumento das cidades em si e que permitiu que a fome e pobreza chegassem ao patamar que chegaram em países como o Brasil, mas, sim, foi a complexificação das técnicas sobre o território e sobre o espaço e a baixa distribuição de recursos que surtiu na falta de criação de territórios inclusivos, onde o acesso a bens e serviços é destinado a todos. Com isso, a precarização territorial se reproduz.

Como seres sociais, essa complexificação das técnicas não há de ser controlada, porque surge com as necessidades da vida e com a dominação que os seres humanos exercem sobre a natureza, contudo, o sistema capitalista opera e se reproduz a partir daquilo que não se pode controlar, exercendo um poder silencioso. Com base nisso, retomamos as palavras de Freire (1968, p.61): "O problema da pobreza não é uma questão de integrar a população pobre em uma estrutura opressiva, a fim de que possa tornar-se mais parecida com o opressor, mas, sim, de transformar essa estrutura, de maneira que cada indivíduo seja o que é".

Então, ao analisarmos o que afirma o autor supracitado, se entende que a forma de combater a pobreza não é de fato ensinar o pobre a como "pescar o peixe", a fim de que ele seja capaz de competir com as demais parcelas da sociedade, mas, sim, apenas permitir que essas pessoas existam tal como elas são, o que certamente, dentro do sistema capitalista não é possível, já que o indivíduo pobre está constantemente sendo calado e oprimido, mesmo passando por situações que desafiam o seu ato de existir todos os dias.

Embora outras formas de organização da sociedade existam, a capitalista é perversa porque nos faz crer que temos liberdade de agir, quando, na verdade, essa suposta liberdade está condicionada a uma ação programada, nos dando a sensação de que não há saída senão a saída que envolva conseguir dinheiro de todas as formas possíveis para se ter aquilo que necessita.

Desta forma, o conceito de território quando entendido como palco e as margens do espetáculo quando entendida por meio das pessoas que não conseguem renda o suficiente para o desenvolvimento de sua própria qualidade de vida, nos faz crer que essa é a maior das cenas do século XXI e o cerne dessa problemática é a fase atual em que o capitalismo está passando.

Em palavras de Haesbaert (2004, p. 37):

O domínio do capital financeiro, especulativo, que não entra no setor efetivamente produtivo, gerador de empregos, a economia pautada em setores de alta tecnologia, poupadores de força de trabalho, a fragilização do “Estado providência” ou do bem estar social (que também atuava como válvula de escape, empregando em épocas de crise), em nome da privatização e da globalização neoliberal, tudo isto se agrega para criar uma massa de expropriados cuja reprodução e mobilidade passam a ser consideradas um problema crescente para os grupos dominantes.

As discussões que a citação acima elucida bem como o debate de análise do sistema capitalista relaciona-se com a fome, a pobreza e a desigualdade, porque, no caso da fome e da pobreza, os pobres não possuem de fato direito de escolha porque fazem parte dessa massa de pessoas expropriadas, sem trabalho e sem salários dignos, portanto, seu poder de compra e de consumo é baixo. Essa massa de pobres e famintos ocorre porque, há um território criado por todas as condições que Haesbaert (2004, p.37) elenca, tendo como um dos seus produtos a desigualdade social. Mais à frente, o mesmo autor irá mais a fundo e dirá que há, na verdade, há um processo de precarização territorial vigente que não está dissociado dos processos de precarização social.

O empobrecimento, as difíceis condições de trabalho e de emprego e a ausência do Estado são fatores elencados por Haesbaert (2004, p.38) como essenciais para o entendimento de processos como a precarização territorial. Essa precarização territorial, ao nosso ver, engloba a criação de territórios com baixa assistência de serviços básicos, territórios esses onde a pobreza está vigente, corroborando para a ideia de que em realidade, a pobreza gerará fome e a desigualdade social gerará as duas outras variáveis supracitadas.

O que dificulta o entendimento da pobreza e da fome é justamente a não independência de ocorrência dessas variáveis na maioria dos casos. Retomemos o caso de Maria para fortalecer o que Haesbaert (2004, p.38) elucida acima sobre empobrecimento, trabalho e precarização territorial. Mesmo com dois empregos, um formal e outro informal, Maria não consegue ter a segurança de que poderá dar aos seus filhos uma vida digna, sem que a fome apareça e sem que os pés andem descalços na escola.

Isso porquê, além dela ocupar um território precário e distante na cidade (a periferia) o discurso meritocrático é utilizado para eximir a culpa do Estado, porque em realidade, ao nosso

ver, para os grupos dominantes (tais como os homens de terno e gravata que tanto falamos) os territórios de precariedade e essa precariedade social precisam existir para que os territórios melhor assistidos desenvolvam-se cada vez mais e mais e concentrem dinheiro o suficiente para alimentar a forma de vida de uma parcela limitada da população.

Por fim, Maria é fruto da reprodução da pobreza (em especial da pobreza urbana) e um símbolo de que a desigualdade social e territorial não é um processo acidental. O Estado está ciente de como opera o sistema capitalista e então, direciona suas ações a fim de satisfazer os homens de terno e silenciar as Marias. A essas últimas, é oferecido a oportunidade de assistencialismo, mas esse, não deveria ser estruturado somente da forma em que expomos, mas, sim, deveria fornecer maneiras de os indivíduos existirem como são para além de rótulos em escalas e de números a serem quantificados em um território.

Se esses números e essas escalas servissem para representar as pessoas que necessitam ser ouvidas, tais como os pobres e famintos, esse controle sobre o território ao menos faria sentido, mas, espaços de precarização territorial e de precarização social estão dia após dia aumentando e o controle do território tem servido para o aumento da globalização neoliberal. As políticas públicas em vigor não têm dado conta de permitir que as Marias ao redor do Brasil possam não ter preocupações ao despertar-se pela manhã.

Por isso, o território é muito mais do que palco de conflitos. Incluso, é através do entendimento desses conflitos que o território pode se tornar palco de representação.

Assim sendo, na próxima vez em que tomarmos um ônibus ou que formos ao mercado, observaremos bem e com clareza. Será possível ter um encontro com Maria.

É fácil identificá-la pelo olhar.

## 5. PARA CONCLUIR POR AGORA...

Neste Trabalho de Conclusão de Curso, buscamos demonstrar que a geografia humana crítica fornece bases materiais e teóricas suficientes para a luta por territórios menos desiguais. Em outra instância, a geografia é também um caminho para que a voz da parcela menos favorecida da sociedade brasileira seja ouvida.

Portanto, procuramos, nesta monografia evidenciar que além dos cenários de conflito do século XXI, também, há um cenário de representação, por isso, utilizamos a ciência geográfica como forma de protesto contra as injustiças sociais que observamos ao longo destes últimos 25 anos. Desta forma, a geografia é, por fim, esperança dentro de um contexto nacional do qual infelizmente, a fome e a pobreza contrastam com a produção de tantas riquezas (e não estamos falando de riquezas econômicas, mas, sim, culturais).

Vigente no primeiro cenário que expomos relacionado ao século XXI, há um cenário onde as desigualdades de países tais como o Brasil são escondidas por de trás das ideias que colocam de subdesenvolvimento, essas que por sua vez, desqualificam a grandiosidade cultural dos multiterritórios a fim de colocar a pauta econômica em cheque. Não há, portanto, países desenvolvidos ou subdesenvolvidos, há países mais igualitários e menos igualitários no que tange a distribuição de seu espaço geográfico e do desenrolar de políticas públicas de contenção a vulnerabilidades.

Isso porque, assumir que, em realidade, o subdesenvolvimento é uma cortina de fumaça para esconder as desigualdades vigentes no país, também significaria dizer que o Estado de bem-estar não se consolidou no país, afinal, alta qualidade de vida da população empobrecida (os homens de *jeans*) não interessa aos homens de terno, pois esses são somente essenciais para a manutenção do sistema capitalista e logo, dos privilégios individuais que o dinheiro oferece. Ora, para que a desigualdade aconteça, uns precisam ter menos e outros precisam ter mais! Ademais, é por meio do aumento das desigualdades que a manutenção das relações de poder também ocorre.

Por um outro lado, não há espaço geográfico e tampouco território usado se não há diferença, isso porque ela é caráter obrigatório, fruto do emprego de várias técnicas e da evolução destas. Entretanto, a desigualdade ocorre quando há ausência de equilíbrio entre as diferenças, o que em um contexto social totalizante não é benéfico, afinal, o desequilíbrio cria precarização dos territórios e gera exclusão de uma parcela da população. Portanto, a fome e a pobreza podem ser em determinados momentos, subprodutos das desigualdades, quer sejam elas sociais ou territoriais.

Esses dois tipos de desigualdades estão interligados, não haveria desigualdade territorial se não houvesse concentração de objetos que levam bens e recursos até uma determinada porção do território. Assim sendo, essa concentração também não existiria se o sistema capitalista deixasse de criar áreas de maior ou menor atração.

Se a distribuição dos objetos dentro do território usado fosse mais igualitária, as desigualdades sociais ao menos, diminuiriam em grau e possivelmente em gênero. Em outras palavras, não há como as desigualdades diminuam se o dinheiro concentrado em determinadas partes do território também não for redistribuído. Por isso a desigualdade territorial e a desigualdade social caminham juntas e lado a lado, de forma interseccionada e não necessariamente justaposta ou sobreposta.

É inaceitável que pessoas como Maria passem por tantas dificuldades para simplesmente existirem como são e devem ser e por isso não possam ter suas vozes ouvidas, enquanto homens de terno e sapatos caros reúnem-se para decidir o futuro, montados com "seus ares" de superioridade que se pauta por uma conta bancária gorda e poucas horas de trabalho semanal.

Sobre a variável fome, em outros trabalhos nossos (Guedes, 2023) bem como nesta presente monografia, a entendemos também como fruto da ausência de consolidação de um bem-estar social forte o suficiente que para além de permitir o assistencialismo, crie políticas públicas para a geração de renda, tal como foi realizado no momento da elaboração do programa Fome Zero.

A geração de renda ocorre a partir de novas relações de trabalho que permitam os homens de *jeans* e as Marias utilizar seus salários para, em termos técnicos que trouxemos através das escalas oficiais que utilizamos nesta monografia, não caírem em situação de insegurança alimentar, sem falar também das diversas outras vulnerabilidades que os baixos salários permitem a população enfrentar somente pelo ato de existir sobre os territórios. Assim, os programas de transferência de renda que estão ligados ao assistencialismo, atuam como forma de complementação e não como renda base de um indivíduo.

Em um cenário de esperança, onde o salário-mínimo seja coerente a existência dos brasileiros, permitindo-os consumir os produtos e possuir os bens necessários à sua reprodução, os programas de transferência de renda não seriam suficientes para enriquecer essa parcela da população como podem pensar os leigos no assunto, até porque, esse não é o objetivo.

O objetivo de programas como o Bolsa Família, é, na verdade, como explicitado no próprio documento que faz sua síntese<sup>12</sup>, a diminuição das desigualdades e nesta monografia, defendemos a sua existência em justaposição ao aumento dos salários e a criação de novas relações trabalhistas justamente porque, não importa o quanto o salário-mínimo seja maior se a inflação sobre os produtos fruto da produção desses trabalhadores continuem a estar inflacionados. Logo, ao nosso ver, o Bolsa Família, atuaria como regulador desta inflação.

Consideramos isso porque, o Brasil é um país de famintos e de pobres e é um país onde os homens de terno estão constantemente impedindo a mobilidade social, assim sendo, o aumento dos salários e novas relações trabalhistas em junção ao assistencialismo, permitiriam que mesmo com a existência de impedimentos por parte dos que detém muito dinheiro, fosse possível haver uma esperança de mobilidade social, porque seriam assim, ofertados meios para tal.

Sobre a variável pobreza, a entendemos nessa monografia como a ausência e/ou privação total ou parcial da possibilidade em adquirir ou ter acesso a bens e serviços essenciais a vida. Se contextualizarmos isso ao ambiente urbano brasileiro, é possível observar que devido a complexificação das cidades bem como da rede e da malha urbana, a maior preocupação é a incidência de pobres no meio urbano.

A maioria dos pobres sequer tem acesso ao território da cidade como um todo, acabando por ter de deslocar-se por horas e horas da periferia até o trabalho. Deslocamento esse sobre um território que lhe é estranho e que não faz, na verdade, factualmente, parte do seu cotidiano. Sobre a janela do ônibus formas espaciais aparecem e encantam em seu tamanho e funcionalidade, enquanto a realidade da maioria dos vulneráveis não é essa e dentro dessa parte da cidade, não possuem espaço para existir. A eles, infelizmente, estão destinados territórios dentro da cidade que estão cada vez mais passando por um processo de precarização. Eis então, a importância de se entender a desigualdade territorial em intersecção com a desigualdade social.

Como uma segunda cena de conflito neste século XXI, foi possível colocar luz a importância do desenvolvimento do processo de globalização e o relacioná-lo a fome, desigualdade e pobreza. Essa dita globalização como se apresenta, ou melhor, essa dita globalização perversa, corrobora para que os bens e serviços estejam somente a disposição dos poucos e ao invés de permitir uma unificação dos territórios, acaba por segregados ainda mais.

---

<sup>12</sup> Para melhor entender essa questão, sugerimos a leitura na íntegra do documento Fome Zero: uma história brasileira, organizado por Adriana Veiga Aranha.

Ou seja, o processo de globalização também não permitiu a diminuição das desigualdades, porque as desigualdades não são causadas por causa de um subdesenvolvimento, esse por sua vez, ao nosso ver, nem mesmo existe para além da ideologia econômica.

Todos os países, neste século, conhecem as técnicas que dia após dia se renovam, mas, alguns, tais como o Brasil, ainda não detém poder o suficiente para implementá-las em seus territórios de forma igualitária, a fim de criar territórios mais inclusivos e menos precarizados.

Por fim, esta monografia tratou de demonstrar que a globalização perversa bem como o neoliberalismo e as crises do sistema capitalista criaram no século XXI, verdadeiros cenários de conflito, onde o palco pode ser também o território e as margens do espetáculo, se encontraram boa parte da população. Ademais, houve uma retomada sobre a geografia da fome do século XX a fim de tecer uma comparação para com a situação problema da atualidade.

Além dos cenários de conflito, apresentamos uma esperança, dando voz aqueles que estão à margem do espetáculo através da representação. Espera-se que aqueles que realizem a leitura desta monografia entendam que para além das nossas metáforas existem pessoas que de fato, vivem esse cotidiano brasileiro. Os números expressam pessoas que dia após dia passam por privações. A fome e a pobreza existem e para diminuí-la, é preciso humanizar essas pessoas e entender que são eles os verdadeiros produtores do território, não podemos deixar o sistema econômico nos esquecer disso. Portanto, seguimos na luta pela construção de uma sociedade mais igualitária e por territórios de existência e não de sobrevivência.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAS, M. **A Fome: Crise ou Escândalo?** Capa comum. 1. ed. São Paulo: Global, 2000.

Agência GOV. **Bolsa Família: a trajetória do programa que tirou o Brasil do mapa da fome**, 2023. Disponível em: <<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202310/bolsa-familia-a-trajetoria-do-programa-que-tirou-o-brasil-do-mapa-da-fome>>. Acesso em: 25/04/2025

ARANHA, Adriana Veiga (org.). **Fome Zero: uma história brasileira**. Brasília: Ministério do desenvolvimento social e combate à fome, 2010.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Capítulo II: Dos direitos sociais -Art. 6º: Emenda Constitucional nº 90, de 2015**. Brasília: [s. n.] 2015. Disponível em <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) > Acesso em: 06/01/2025

BRASIL. **Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023. Institui o Programa Bolsa Família**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 jun. 2023. Seção 1, p. 13. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/lei/114601.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/114601.htm). Acesso em: 9/06/2025

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. **Bolsa Família chega a 20,77 milhões de famílias em novembro com 42 mil novos beneficiários**. Governo do Brasil, 2024. Disponível em <<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/11/bolsa-familia-chega-a-20-77-milhoes-de-familias-em-novembro-com-42-mil-novos-beneficiarios>>. Acesso em: 27/05/2025

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. **IBGE: em 2023, 8,7 milhões de pessoas deixaram pobreza e extrema pobreza**. Governo do Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/12/ibge-em-2023-8-7-milhoes-de-pessoas-deixaram-pobreza-e-extrema-pobreza>. Acesso em: 27/05/2025

BRASIL. **Secretaria de Comunicação Social. Mapa da Fome da ONU: insegurança alimentar severa cai 85% no Brasil em 2023**. Governo do Brasil, 2024. Disponível em <<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/07/mapa-da-fome-da-onu-inseguranca-alimentar-severa-cai-85-no-brasil-em-2023>>. Acesso em: 27/05/2025

CANETTIERI, T. ORNITORRINCO RELOADED: uberização e virações contemporâneas na crise do capital. **Caderno CRH**, [S. l.], v. 36, p. e023018, 2023. DOI: 10.9771/ccrh.v36i0.43821. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/43821>. Acesso em: 9/06/2025

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome, o dilema brasileiro: pão ou aço**. 10.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CNA, Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil. **Panorama do Agro – Semana de 17 a 21 de fevereiro**, 2023. Disponível em: <<https://www.cnabrazil.org.br/cna/panorama-do-agro>>. Acesso em: 16/05/2025

DEMATTEIS, G. Geografia Democrática, território e desenvolvimento local. **Formação**, n.12, v.2, 2005, p.11-26.

FAO Hunger Map (2014). **Food and Agriculture Organization of the United Nations**. Disponível em: <[www.fao.org](http://www.fao.org)>. Acesso em: 20/05/2025.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO. **Atlas dos Sistemas Alimentares do Cone Sul**. Fundação Rosa Luxemburgo, 2022. Disponível em: <<https://rosalux.org.br/atlas-dos-sistemas-alimentares-do-cone-sul/>>. Acesso em: 10/05/2025.

GUEDES, C. C. Fome e desigualdade: políticas públicas e a consolidação do estado de bem-estar-social brasileiro (2003-2021). In: **XXIX Jornadas Jovens Investigadores, 2023, Sucre. Eje Interdisciplinario: Generación de Conocimiento com Integración Científica**. Bolivia: Universidad Mayor, Real Y Pontificia de San Francisco Xavier de Chuquisaca, 2023. v. 1. p. 930-944.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade**. Niterói: EDUFF, 1997

HAESBAERT, R. Precarização, reclusão e “exclusão” territorial. **Terra Livre**, [S. l.], v. 2, n. 23, p. 35–51, 2015. DOI: 10.62516/terra\_livre.2004.192. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/192>. Acesso em: 9/06/2025.

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, p. 16, 2004.

HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, v. 9, n. 17, 2010.

HAESBAERT, R. **Viver no limite: Território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. 1.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

**IBGE - Educa | Crianças**. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/criancas/brasil/nosso-territorio/19637-divisao-territorial.html>>. Acesso em: 1/0/05/2025

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)**, 2022. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html>>. Acesso em: 15/05/2025

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE | Biblioteca | Detalhes | Divisão do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas / IBGE, Departamento de**

**Geografia.** -. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=22269>>. Acesso em: 10/04/2025

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Em 2023, pobreza no país cai ao menor nível desde 2012.** Agência IBGE, 2024. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/42043-em-2023-pobreza-no-pais-cai-ao-menor-nivel-desde-2012>>. Acesso em: 20/04/2025

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Estudos revelam impacto da redistribuição de renda no Brasil,** 2023. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13909-estudos-revelam-impacto-da-redistribuicao-de-renda-no-brasil#:~:text=O%20Brasil%20%C3%A9%20conhecido%20por,pa%C3%ADses%20mais%20desiguais%20do%20mundo>>. Acesso em: 06/01/2025

KEPPLE, A. W; SEGALL-CORRÊA, A. M. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, p. 187-199, 2011.

LA BLACHE, P. **Princípios de geografia humana.** Lisboa: Cosmos, 1954.

LACOSTE, Y. **Geografia do subdesenvolvimento.** 4. ed. Campinas, São Paulo: DIFEL, 1975.

LAURA SILVEIRA, M. Modo de existência da cidade contemporânea: uma visão atual dos circuitos da economia urbana. **Revista Cidades**, Brasil, v. 14, n. 23, p. 23–48, 2022. DOI: 10.36661/2448-1092.2022v14n23.13236. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/13236>. Acesso em: 24/05/2025

LEFEBRVE, H. **O Direito à Cidade.** São Paulo: Editora Moares, 1991.

MASSEY, D.; PASTI, A. Geometrias do poder e a conceitualização do espaço. **Boletim Campineiro de Geografia**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 237–246, 2024. DOI: 10.54446/bcg.v14i1.3563. Disponível em <<https://publicacoes.agb.org.br/boletim-campineiro/article/view/3563>> Acesso em: 12/04/2025

MDS, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional,** 2014. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/>>. Acesso em: 21/12/2024

MINISTÉRIO DA SAUDE. **Glossário Saúde Brasil: Insegurança Alimentar e Nutricional,** 2023. Disponível em <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/glossario/inseguranca-alimentar-e-nutricional>>. Acesso em: 10 de maio de 2025.

MONTE, C. M. G. Desnutrição: um desafio secular à nutrição infantil. **J Pediatr (Rio J)**, v. 76, n. Supl 3, p. 285-97, 2000.

PENSSAN - Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Insegurança Alimentar e Nutricional. **Art 1 - Estatuto**, 2022. Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/estatuto/>. Acesso em: 9 jun. 2025.

PENSSAN - Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Insegurança Alimentar e Nutricional. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. São Paulo, Fundação Frederich Ebert/ Rede Penssan, 2022. Disponível em: <<https://olheparaafome.com.br/>>. Acesso em: 21/12/2024.

PRADO, J. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1945.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

ROCHA, S; DE ALBUQUERQUE, R. C. Geografia da pobreza extrema e vulnerabilidade à fome . In: VELLOSO, J. P. R; DE ALBUQUERQUE, R. C. (Orgs). **A nova Geografia da Fome e da Pobreza**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004. p. 79-96.

SANTOS, M. O Espaço Geográfico Como Categoria Filosófica. **Terra Livre**, [S. l.], n. 5, 2015. DOI: 10.62516/terra\_livre.1988.67. Disponível em <<https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/67>>. Acesso em: 6/01/2025>

SANTOS, M. **Por uma outra globalização – do pensamento único a consciência universal**. 19.ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2010.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, M. **Pobreza urbana**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2023.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico**. 5.ed. São Paulo: Edusp, 2013.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

SAQUET, M, SILVA, S. S. MILTON SANTOS: concepções de geografia, espaço e território. **Geo UERJ** - Ano 10, v.2, n.18, 2008. p. 24-42. ISSN: 1981-9021. Disponível em <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/1389/1179>>

SBT News. IBGE: **72% das mães solo pretas ou pardas são pobres e 22% estão na extrema pobreza**. SBT News, 2024. Disponível em <<https://sbtnews.sbt.com.br/noticia/brasil/267840-ibge-72-das-maes-solo-pretas-ou-pardas-sao-pobres-e-22-estao-na-extrema-pobreza>>. Acesso em: 15/05/2025

SPOSITO, M. E. B. Diferenças e desigualdades em cidades médias no Brasil: da segregação a fragmentação socioespacial. In: Prepared for delivery at the 2019 Congress of the Latin American Studies Association. Boston, USA, 2019. **Anais [S.l.]**, 2019, p. 1-25.

WORLD WITH POVERTY – Mundo sem Pobreza, Iniciativa Brasileira de Aprendizagem. **Políticas sociais**. [s.d]. Disponível em: <https://wwp.org.br/>. Acesso em: 9/06/2025